



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

**JOSINETE NARA CADETE DE ASSIS**

**TURISMO EM ÁREAS ÍNDIGENAS: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA, RESERVA SÃO  
MARCOS, RORAIMA.**

**Boa Vista - RR  
2013**

**JOSINETE NARA CADETE DE ASSIS**

**TURISMO EM ÁREAS ÍNDIGENAS: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA, RESERVA SÃO  
MARCOS, RORAIMA.**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado  
como requisito obrigatório para obtenção do título de  
Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de  
Roraima.

**Boa Vista - RR**

**2013**

**JOSINETE NARA CADETE DE ASSIS**

**TURISMO EM ÁREAS ÍNDIGENAS: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA, RESERVA SÃO  
MARCOS, RORAIMA.**

Aprovados em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Ismar Borges de Lima (Orientador)**  
Universidade Estadual de Roraima, UERR.

---

**Prof. MsC. Bruno Dantas Muniz (Membro)**  
Universidade Estadual de Roraima, UERR.

---

**Prof. MsC. Rosijane Evangelista (Membro)**  
Universidade Estadual de Roraima, UERR.

NOTA FINAL: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

**(A Ser Elaborado na Versão Final Aprovada pela Banca)**

# DEDICATÓRIA

(A Ser Elaborado na Versão Final Aprovada pela Banca)

## EPÍGRAFE

### **Cheiro de mato verde**

*Cheiro de mato verde. Paisagem, poema dentro da algibeira.*

*Sou do tipo cidadão caipira - acorda, trabalha, recita o dia.*

*Na paisagem de um velho estradão*

*A poeira levanta do chão,*

*Serpenteia o manso regato*

*Entre o gado e o verde do pasto.*

*Os cavalos não andam, eles voam;*

*Passarinho cantando à toa,*

*Pelo céu, sua doce poesia.*

*Cheiro de mato verde. Paisagem, poema dentro da algibeira.*

*Sou do tipo cidadão caipira - acorda, trabalha, recita o dia.*

*Os espinhos ferem da velha paineira*

*O João de barro de vida caseira*

*Que constrói sua casa com vista para o mundo,*

*Ele quer é saber de tudo.*

*Flores brotando da mãe natureza.*

*Que vida boa! Mas que beleza!*

*O riacho sempre sorria*

*Valdir Bressane*

## RESUMO

Considerando-se o contexto territorial e o mosaico humano, em particular dos grupos indígenas existentes em Roraima, deve-se pensar em atividades econômicas que sejam parte de um modelo de desenvolvimento econômico local diferenciado, e o turismo pode contribuir para esse tipo de desenvolvimento do Estado. Uma das modalidades de turismo mais citadas na literatura para ser desenvolvida em terras indígenas é o ecoturismo, pois é uma atividade enviesada pelos princípios da sustentabilidade, e os elementos 'culturais' da 'comunidade local' são também considerados em termos de planejamento e gestão. Esta investigação refere-se a um estudo de caso centrado na Comunidade Nova Esperança, situada na Reserva Indígena São Marcos. O estudo busca identificar a percepção e a expectativa dos membros da Comunidade em relação à importância econômica e ambiental do turismo em suas terras. A pesquisa é metodologicamente quali-quantitativa com o uso de questionários, entrevistas e observação participante, e a análise de dados é feita cruzando informações dessas três fontes, no chamado sistema de análise por 'triangulação'. Uma ampla revisão da literatura sobre turismo em terras indígenas é uma das contribuições significativas deste estudo.

**Palavras – chave:** Enoturismo; Turismo Indígena; Comunidade Nova Esperança; Desenvolvimento Local; Roraima.

## **ABSTRACT**

By taking into account the territorial context and the human mosaic, particularly related to the existing indigenous groups in Roraima, it is noteworthy to think of economic activities that can be part of an alternative model for local economic development, and tourism can contribute to this type of development. One of the most cited forms of tourism to be developed in the indigenous lands is 'ecotourism', because it is an activity inspired by and led by the principles of sustainability, and moreover, the cultural elements of a 'local community' are also considered in terms of planning and management. This research refers to a case study focused on *Nova Esperança* Community, located in São Marcos Indigenous Reserve. The study aims at identifying the perceptions and expectations of the community members with regards to the economic and environmental importance of tourism in their lands. The research is methodologically qualitative and quantitative with the use of questionnaires, interviews and participant observation, and data analysis is made by criss-crossing information of these three sources; this analysis system is called 'triangulation'. A comprehensive literature review of tourism on indigenous lands is one of the significant contributions of this study.

**Keywords:** Ethnotourism; Indigenous Tourism; *Nova Esperança* Community; Local Development; Roraima.



## LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1.0: Preferência Religiosa dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.....	62
Figura 2.0: Auto-considerações dos moradores da Nova Esperança no quesito cor/raça....	63
Figura 3.0: Tempo de residência do respondente na Comunidade Nova Esperança.....	64
Figura 4.0: Nível de Escolaridade dos Moradores da Nova Esperança.....	65
Figura 5.0: Profissão dos moradores da Comunidade de Nova Esperança.....	66
Figura 6.0: Percentual Demográfico dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.....	67
Figura 7.0: Contribuição dos Moradores da Comunidade Nova Esperança na Renda Familiar.....	68
Figura 8.0: Renda Familiar Total dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.....	69
Figura 9.0 - Origem da Renda Familiar.....	71
Figura 10: Relação Interpessoal dos moradores da Comunidade Nova Esperança.....	73
Figura 11: A Aceitação do Turismo na Comunidade Nova Esperança.....	74
Figura 12: Planejamento Preventivo das Autoridades na Nova Esperança com Relação aos Possíveis impactos da Prática do Turismo na Localidade.....	75
Figura 13: Atividades e Festejos realizados na Comunidade Nova Esperança.....	77
Figura 14: Opinião dos moradores com relação aos benefícios do turismo para a Comunidade Nova Esperança.....	78
Figura 15: Porcentagem dos Moradores com expectativa na Implementação do Turismo na Comunidade Nova Esperança.....	79
Figura 16: Porcentagem dos Moradores que acreditam na lucratividade Com o Turismo na Comunidade Nova Esperança.....	80
Figura 17: Percepção dos Moradores quanto ao preparo das pessoas da Comunidade para lidar com o turismo na região.....	82
Figura 18: Porcentagem dos Moradores da Comunidade Nova Esperança com Interesse em se qualificar para a prática do turismo na região.....	83
Figura 19: Motivação dos Moradores para participação no Turismo da Comunidade Nova Esperança.....	84
Figura 20: Percepção do Morador com relação aos benefícios da prática do turismo ao Meio ambiente.....	85
Figura 21: Percepção dos Moradores com relação à prática atual do Turismo na Comunidade.....	86
Figura 22: Porcentagem dos Moradores que Confirmam a existência de um líder comunitário na Comunidade Nova esperança.....	89

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1.0 CONCEITOS E DEFINIÇÕES</b> .....	20
1 Turismo .....	20
1.2 Turismo Sustentável .....	23
1.3 Turismo de Base Comunitária .....	24
1.4 Turismo Indígena .....	28
1.5 Ecoturismo.....	32
1.6 Ecoturismo Indígena .....	33
<b>2.0 QUESTÕES ETNOCULTURAIS</b> .....	35
2.1 Tangibilidade e Intangibilidade Cultural.....	35
2.2 Turismo Cultural.....	35
<b>3.0 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	37
3.1 Desenvolvimento Local.....	39
3.2 Conservação e Preservação Ambiental.....	43
<b>4 NOÇÕES DE TERRITÓRIO, RESERVA, TERRAS E NAÇÃO INDÍGENA</b> .....	47
<b>5 ASPECTOS LEGAIS DO TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS</b> .....	50
5.1 Empreendedorismo Indígena no Turismo .....	54
5.2 Cooperativismo e Associativismo Indígena .....	56
<b>6.0 METODOLOGIA</b> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
6.1 Delineamento da Pesquisa.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
6.2 Sujeitos e Amostragem da Pesquisa .....	59
6.3 Instrumentos de Coleta de Dados.....	60
6.4 Análise de Dados.....	61
<b>7.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## INTRODUÇÃO

Roraima é um Estado da Amazônia cujo território é formado por um incrível mosaico de terras com diferentes status fundiários pertencentes a mais de 30 povos étnicos, entre eles: os Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Yekuana, Macuxi, Wapixana, Waimiri-Atroari, Patamona, etc. Segundo o Guia Roraima: Ecologia, História e Cultura (2009), o nome do Estado é de origem indígena, “*Roro-imã*”, e tem interpretações distintas e significações várias o que denota a riqueza lingüística existente na região mais setentrional do Brasil.

Na língua Macuxi, ‘Roraima’ significa ‘Montanha Verde’, e para os índios Taurepang, ‘Mãe dos Ventos’. O Estado tem 14% de sua população composta de grupos indígenas totalizando aproximadamente 40.000 indivíduos, cujas reservas ocupam aproximadamente 46% da área total de Roraima, ou seja, 10 milhões de hectares.

Os Yanomamis, por exemplo, ocupam uma vasta área de florestas tropicais na região noroeste do Estado, fazendo divisa com a Venezuela, com uma extensão contínua de 94.191 km<sup>2</sup> (9.667.875 ha). Já a Reserva Raposa Serra do Sol, onde se encontra o município de Uiramutã, localiza-se na região nordeste do Estado, na fronteira com a República Cooperativista da Guiana Inglesa e Venezuela, uma região de lavrados - a savana amazônica – que no Estado totaliza 44.000 km<sup>2</sup>.

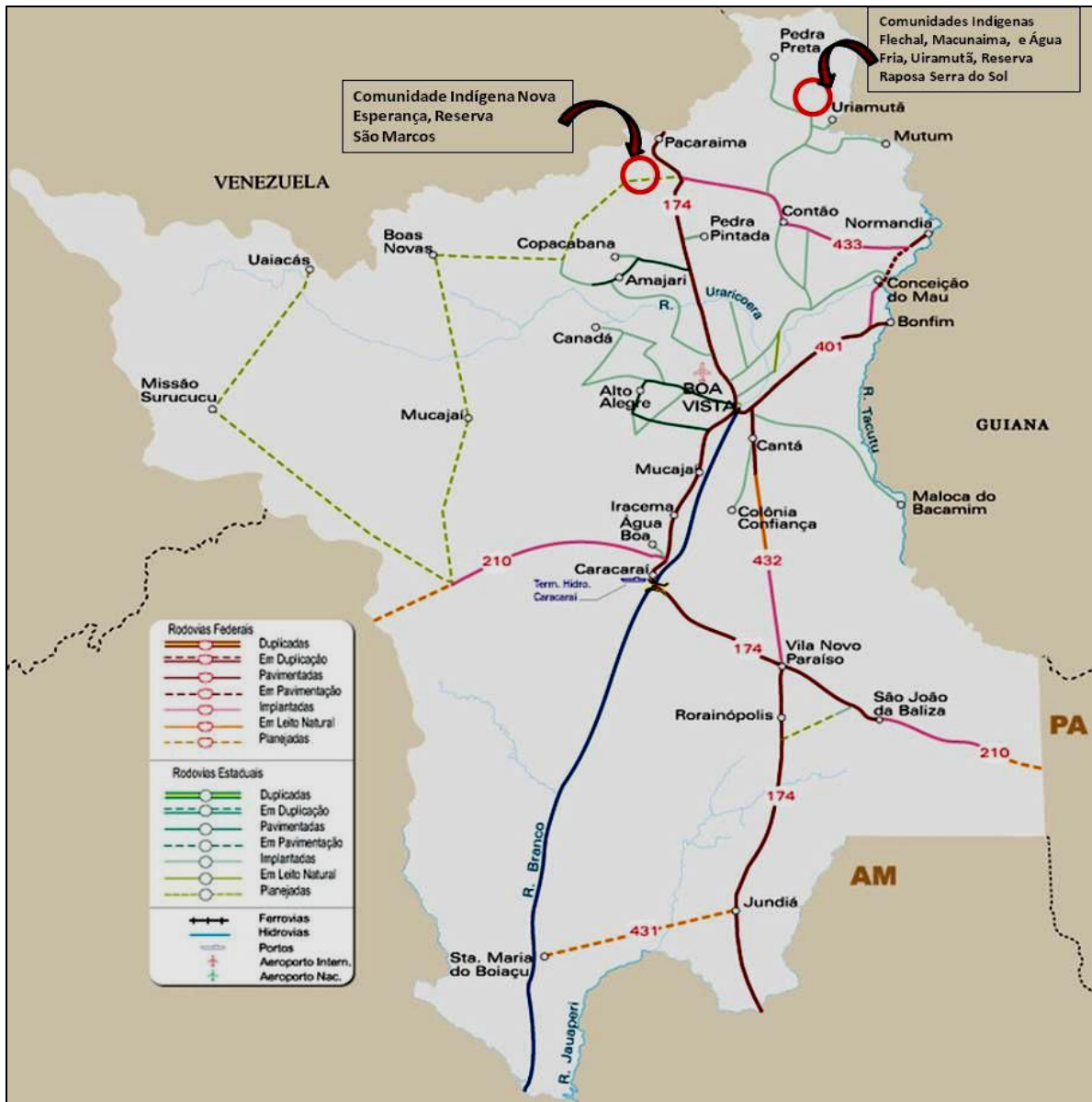
O Guia Roraima (2009) descreve o Estado como a “síntese da diversidade humana e ambiental da Amazônia”, um lugar que ocupa três diferentes ecossistemas: as florestas, as savanas (cerrado amazônico), e as pradarias, onde se encontram planícies, buritizais, pântanos, morros e florestas de altitude, com centenas de cachoeiras, e formações rochosas exóticas, sítios arqueológicos com pinturas rupestres, rico em recursos hídricos, em fauna e flora, “um lugar em construção entre a região Amazônica e o Caribe Venezuelano e as Guianas, um corredor entre dois mundos” (p.6-7), cujo acesso foi facilitado com a construção da BR-174 nos anos 70, e da BR-401.

Roraima é uma região com vocação natural e com potencial extraordinário para o ecoturismo, turismo rural, agroturismo, turismo científico, e turismo aventura em quase todos os seus rincões, e o geoturismo na parte nordeste do Estado devido às suas características físicas, bióticas, e abióticas (relevo, clima, recursos hídricos, etc.), elementos indispensáveis para um turismo de viés étnico-ecológico; uma

atividade que ganha importância e notoriedade, podendo no futuro bem próximo ser uma das principais praticadas também pelos povos indígenas em seus territórios com o respaldo e autorizações da FUNAI, e amparados por políticas públicas específicas, replicando em Roraima os projetos-piloto de turismo indígena em andamento em outras partes do país, fazendo com que o Brasil trilhe o caminho das experiências bem-sucedidas do etnoturismo ecológico

Assim, considerando-se esse contexto territorial singular e os grupos humanos existentes em Roraima deve-se pensar em atividades econômicas que sejam parte de um modelo de desenvolvimento econômico diferenciado, e o turismo pode contribuir para esse tipo de desenvolvimento do Estado, particularmente por ser ele constituído de significativo percentual de reservas indígenas. E uma das modalidades de turismo mais citadas na literatura para ser desenvolvida em terras indígenas é o ecoturismo, pois é uma atividade enviesada pelos princípios da sustentabilidade e, além disso, o fator 'cultura' e 'comunidade local' é também considerado em termos de planejamento e gestão.

Este estudo foi concentrado na comunidade Nova Esperança, situada há 208 km de Boa Vista, na Terra Indígena São Marcos, cerca de 230 km de extensão de parte da BR-174, principal rodovia que liga Boa Vista, capital do Estado de Roraima, ao município de Pacaraima, localizado ao norte da capital, na fronteira do Brasil com a Venezuela, a qual é regularizada e foi homologada pelo Decreto nº 312 de 1991, constitui uma área de 654.110, 30 hectares, é composta por quatro etnias distribuídas na região, Saporá, Wapixana, Macuxi e Taurepang. pertencentes a família lingüística Caribe (CHACON *et al.* 2011).



**Figura 1.0:** Mapa de Roraima e as Comunidades Indígenas Nova Esperança, Flechal, Macunaima, e Água Fria.

**Fonte:** Mapa adaptado da base do Ministério dos Transportes.

A comunidade Nova Esperança pratica o turismo há 10 anos, sendo idealizada pelos próprios indígenas, considerada na região como a pioneira nesta atividade, a mesma influenciou as demais – Bananal e Boca da Mata – sendo hoje, visitada por turistas, acadêmicos, pesquisadores e curiosos em geral. Atualmente a Comunidade tem como líder o Tuxaua, João Silva Wapixana. A prática do turismo na localidade tem o apoio do Ministério do Turismo, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Nova Esperança, onde o turismo é realizado na reserva como forma de divulgação das belezas da região e tradições (MELO, 2012).

Na Comunidade há escola, atenção básica de saúde coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), e dois principais atrativos turísticos: a Trilha Ecológica do Coatá e a Cachoeira da Onça (MELO 2012).

Desta forma, o ecoturismo pode ser um instrumento de gestão voltado para a conservação dos recursos naturais mitigando os impactos negativos nos ambientes naturais e proporcionando melhoria na qualidade de vida das comunidades indígenas.

### **Os principais objetivos desta pesquisa são:**

- 1) Realizar um levantamento atualizado para se compreender de forma mais holística a realidade indígena na Comunidade Nova Esperança em relação à atividade turística praticada em suas terras;
- 2) Fazer um levantamento do perfil social e econômico da Comunidade Nova Esperança;
- 3) Revisão crítica da literatura em torno dos conceitos e definição do turismo e sua tipologia, bem como os conceitos de território, reserva, terras indígenas;
- 4) Contribuição para a literatura com a revisão dos principais aspectos legislativos e de leis que tratam direta e indiretamente as questões étnicas indígenas territoriais, dos povos, de sua cultura e o turismo.

E a pergunta-pesquisa norteadora de todo o trabalho de investigação na temática proposta centra-se em entender o contexto indígena de Roraima para o turismo, mais precisamente: **Que percepção e expectativa os membros da comunidade indígena Nova Esperança possuem em relação à importância econômica e ambiental do turismo em suas terras?**

Quando se discute sobre turismo em Terras Indígenas torna-se imprescindível abordar definições e conceitos amparados direta e indiretamente na Constituição Federal de 1988, bem como debater legislação específica, particularmente, o Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, uma vez que:

O reconhecimento dos índios enquanto realidades sociais diferenciadas, na Constituição Federal não pode estar dissociado da questão territorial, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes (BRASIL, 1973).

A Constituição Federal de 1988, § 1º art. 231 define terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como sendo:

São aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários o seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL,1988).

No inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal de 1988, é estabelecido que: “Terras, são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

Sabendo-se que a maioria dos atrativos turísticos do Estado de Roraima estão situados dentro das reservas Indígenas, tal fato ocasiona grande dificuldade de acesso a essas áreas, pois para que o turismo possa ser praticado necessitam de uma autorização.

Vale ressaltar que o turismo em terras indígenas ainda não foi regulamentado por lei pelo governo federal no âmbito da FUNAI. Assim sendo, a constituição da cooperativa é permitida, mas a partir do momento em que se comece a explorar turisticamente as terras, a FUNAI e a Justiça, tendo ciência disso, deverão tomar as medidas cabíveis.

Recente caso que se pode mencionar foi o ocorrido na reserva Raposa Serra do Sol, onde a o Supremo Tribunal Federal (STF) e os ministros impuseram 19 restrições que terão de ser respeitadas pelos índios que habitam a reserva, uma vez que a terra pertence à União, embora seja de usufruto dos indígenas. As mais pertinentes estão citadas logo abaixo:

10 - O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes;

11 – Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;

12 – O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas; (GAZETA DO POVO, 2009).

O turismo em terra indígena é importante para atender ao interesse da comunidade visando ao desenvolvimento econômico e social, havendo sempre a preocupação com a cultura, costumes, tradições e com o patrimônio intangível dos grupos humanos que habitam essas áreas; portanto, contribuindo para um etnodesenvolvimento; aliás, um conceito que permeará as discussões, abordagens e análises desta pesquisa.

A atividade turística na comunidade indígena Nova Esperança ainda não gera recursos financeiros suficientes para atender às necessidades dos moradores locais, e, por ser incipiente, não está estruturada para receber visitantes ou turistas com a qualidade desejada. Porém, o turismo estando presente nessa localidade poderá gerar desenvolvimento da mesma, pois há potencial turístico naquela região.

A Comunidade Nova Esperança situada dentro da Reserva São Marcos, a 7 km de Pacaraima, onde residem aproximadamente 30 famílias. Para saber se há interesse da comunidade na prática do turismo e as possibilidades de recebê-los visando ao desenvolvimento sustentável e ao estímulo da economia local, foram feitas entrevistas com o intuito de saber os reais interesses da comunidade em relação à atividade turística para que futuramente haja uma implantação do turismo beneficiando tanto a comunidade como também os profissionais do turismo. A justificativa e relevância sobre o tema “Turismo em Áreas Indígenas” foi fundamentada nos seguintes aspectos:

- a) A carência de estudos sobre o interesse das comunidades indígenas do Estado de Roraima em relação ao turismo;
- b) A carência de estudos sobre os atrativos turísticos em áreas indígenas.

Para que o turismo se desenvolva de forma organizada, centrado na sustentabilidade, dando ênfase aos aspectos sociais, culturais, éticos e comunitários, estimulando o desenvolvimento local sem abandonar o fator econômico, é preciso à integração e interação da comunidade local juntamente com a iniciativa privada e o poder público. A Organização Mundial do Turismo, OMT, define o desenvolvimento sustentável, “como sendo aquele que atende as necessidades dos turistas e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro.”

Tendo em vista o desenvolvimento da comunidade, onde vários fatores são voltados para ajudar na geração de divisas, fortalecendo assim sua economia, o



turismo de base local tende a ser o mais adequado para tal desenvolvimento. Segundo o Ministério do Turismo, o turismo de base local é definido como:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).

Há diversas modalidades de turismo, no entanto, o ecoturismo parece ser o mais indicado para ser praticado em áreas indígenas já que esses locais são ricos em atrativos naturais, podendo o turista estar em contato direto com a natureza. Rues (1995, p. 7) coloca que “o recurso natural é o primeiro atrativo turístico de muitos países ou regiões que vivem do turismo”.

Ecoturismo é definido como o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos a sua territorialidade (FARIA, 2002).

Em relação ao envolvimento dos povos indígenas com o turismo, é necessário primeiramente desenvolver uma reflexão sobre como tais povos têm conseguido garantir sua existência nesse cenário capitalista, utilizando se também da atividade turística como possibilidade de revitalização cultural. É importante ressaltar que esta modalidade de turismo em área indígena, veio como mais uma alternativa para que a comunidade possa ter mais uma fonte de renda, visando não só o lucro, mas também a troca de experiências.

O turismo indígena, principalmente o desenvolvido em terras indígenas, vem promovendo várias discussões e polêmicas junto a lingüistas, antropólogos, geógrafos, indigenistas e indígenas. O cerne da questão reside na presença de turistas, das mais diversas culturas, dentro da terra indígena, o que pode provocar não apenas descaracterização cultural como também perturbar o ambiente natural, o cotidiano das comunidades e promover uma mercantilização da própria cultura. Por um lado, em função destes motivos, ainda há muita resistência para a implantação dessa atividade em terra indígena, onde a relação custo/benefício não é favorável às comunidades, em que os custos ao ambiente e a cultura serão maiores que os benefícios econômicos advindos das atividades turísticas. Por outro lado, mesmo cientes dos riscos dessa atividade, há grupos que acreditam que se o ecoturismo, for bem planejado com participação da comunidade no processo de gestão, com preparação e esclarecimento da população no que se refere à

conscientização sobre o turismo e riscos que poderão advir, poderá ser uma alternativa econômica para esses povos (FARIA 2002, p.74).

Por ser um tema consideravelmente novo, o turismo indígena ainda é pouco explorado, com apenas algumas iniciativas nesse segmento no Brasil, e praticamente sem nenhuma regulamentação em vigência ainda. O tema é polêmico e complexo, pois coloca em confronto os interesses da FUNAI em salvaguardar a cultura indígena, e os interesses das comunidades, do *trade* turístico, das Universidades e ONGs de promover um etnodesenvolvimento nas reservas indígenas tendo o turismo como uma das atividades econômicas a serem consideradas para o bem estar social daqueles grupos.

A principal preocupação se dá em torno das consequências do contato e do choque cultural decorrente dessa nova atividade. No entanto, há uma regulamentação já proposta e em andamento no legislativo, com prazo-limite até o final de 2015 para ser publicada e efetivada pela FUNAI. E, em 05 de junho de 2012 foi instituída pela Presidência da República, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, PNGATI, pelo decreto 7.747, que visa a garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em terras e territórios indígenas, e enfatiza duas principais ferramentas para a gestão territorial e ambiental: o etnomapeamento e o etnozoneamento. O Artigo 4º. do PNGATI estabelece os objetivos específicos em eixos, e o Eixo 5, letra 'G', pela primeira vez na história da FUNAI e na legislação e nas políticas públicas, o etnoturismo e o ecoturismo em terras indígenas são citados e apoiados institucionalmente no país, tornando-se um marco divisor histórico para o tema:

g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (PNGATI, 2012);

Na Seção 5.0, outros aspectos da legislação e constitucionais acerca do turismo em terras indígenas, bem como de aspectos legais de outras atividades produtivas nessas terras são amplamente debatidas.

A respeito das demandas e complexidades a respeito do turismo indígena na contemporaneidade, Grünewald (2004) demonstra que com a chegada do século XXI, há uma maior procura pelo “exótico”, pelo diferente e pelo “outro” nas visitas turísticas e, conforme o turismo étnico se apresenta tanto como uma valiosa alternativa econômica quanto uma forma de revitalização cultural para as populações nativas, o estudo acadêmico sobre o turismo indígena passa a possuir grande relevância e importância.

O sucesso da prática do turismo indígena depende do respeito aos princípios do planejamento turístico de base comunitária participativa, de inclusão social e de resgate da cidadania. Esses princípios colocam como prioridade os interesses comunitários como o principal fator para o planejamento e ações a serem realizadas, ou seja, os índios devem ter o controle de todo o processo.

Com relação ao contato de ‘visitantes com a comunidade indígena, em Nova Esperança foi observado que este grupo já possui um contato relativamente amplo com a cultura ocidental e cosmopolita. A Reserva Indígena São Marcos, assim como outras do Estado de Roraima, está bastante próxima de centros receptores do turismo, ou seja, Pacaraima e Santa Helena de Uairén. Porém, são poucos indivíduos indígenas que têm tido contato direto e prolongado com turistas.

A respeito do uso sustentável dos recursos naturais, é importante citar que existe um modo de vida tradicional sustentado há várias gerações por uma filosofia indígena intrinsecamente enviesada por práticas preservacionistas e conservacionistas.

Há de se observar em sociedades simples como as indígenas, um convívio harmônico do homem com o meio ambiente, o que faz com que não se comprometa os recursos naturais para as gerações futuras. Isso ocorre, principalmente, por não haver na filosofia indígena em geral a ideia do acúmulo de material e de capital, utilizando-se somente a quantidade necessária de subsistência dos recursos naturais. Como exemplo pode ser citado o fato das áreas mais preservadas estarem em terras indígenas (LADEIRA; MATTA, 2004).

O presente trabalho é resultado de visitas técnicas realizadas na Comunidade Novas Esperança localizada na reserva São Marcos a 7 km de Pacaraima. As visitas tiveram como motivação, analisar como ocorre o turismo na região, com a finalidade de cumprir um roteiro de atividades previstas no projeto de pesquisa.

Para realização desse trabalho, adotou-se como metodologia de abordagem a observação direta in loco onde foram aplicados questionários com o intuito de saber os reais interesses da comunidade em relação a prática da atividade turística., por meio de pesquisa bibliográfica, e na Internet conforme informações obtidas nas bases de dados da Scielo, Teses e Dissertações USP e UNB, bem como em sites e portais do Governo Federal).

Cabe ressaltar que alguns critérios devem ser observados para a escolha das áreas onde o turismo irá acontecer como: condições de acesso; condições de salubridade; carências de alternativas econômicas; possibilidade de apoio e parcerias; existência de atrativos naturais e culturais. A esses critérios acrescentam-se: projetos desenvolvidos em bases comunitárias e sustentáveis; priorização da gestão participativa dos povos indígenas em suas terras e na cidade; existência de operadora/agência receptiva prioritariamente coordenada pelas organizações indígenas; preparação da comunidade para a implantação do ecoturismo; realização de avaliação do impacto socioambiental (MMA, 1997 apud FARIA, 2002).

## **1.0 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

### **1.1 - Turismo**

Num contexto mais amplo, percebe-se o efetivo surgimento de um dos mais recentes fenômenos de transformação socioeconômica-cultural do mundo contemporâneo: a atividade turística.

A Organização Mundial do Turismo definiu que:

Turismo se entende por todas as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao de sua moradia habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2005).

Logo, trata-se de um fenômeno que envolve o movimento de pessoas dentro de seu próprio país ou através das fronteiras nacionais. Não obstante atualmente, o conceito de turismo cresceu os setores econômicos, pelo capital, perdendo o romance inicial, e este fenômeno tem sido estudado socioeconomicamente, legislado e explorado. Então agora é possível definir

diferentes tipos de turismo, referindo-se ao poder de compra, poder econômico, aos gostos, preferências e preocupações.

A OMT (2013) sustenta que o turismo tem um impacto sobre a economia, o ambiente natural e o ambiente construído, a população local nos lugares visitados e os próprios visitantes. Devido a esses vários impactos, a ampla gama e variedade de insumos necessários para produzir os bens e serviços adquiridos pelos visitantes e da ampla gama de atores envolvidos ou afetados pelo turismo, é necessário adotar uma abordagem holística para a gestão, desenvolvimento e supervisão do turismo. Esta abordagem é altamente recomendada, com vista à formulação e implementação de políticas de turismo nacionais e locais, bem como os acordos internacionais e outros processos no domínio do turismo.

Cabe ressaltar que de acordo com o Ministério do Turismo,

O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional. Face à sua relevância como elemento orientador do modelo de desenvolvimento turístico desejado (BRASIL, 2007, p.15).

É citado também que:

As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos. Para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esses princípios são os seguintes: sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade político-institucional (BRASIL, 2007, p.15).

Nota-se que se tratando de termos econômicos o turismo, direta e indiretamente, gera um aumento da atividade econômica nos locais visitados (e fora dela), principalmente por causa da demanda por bens e serviços a serem produzidos e fornecidos.

Melo (2005) considera que o turismo possui atividades de múltiplas facetas desenvolvendo-se rapidamente, principalmente após a década de 1950, em consequência dos avanços globais dos meios de transporte e, mais recentemente, em fator do desenvolvimento das telecomunicações, “proporcionando um fluxo de informações extremamente rápido por todo o mundo” (p. 20).

Na segunda metade do século XX, houve o início de um crescimento mais acelerado devido, principalmente, a ampliação do direito de férias conquistadas pelos trabalhadores, particularmente nos países desenvolvidos (DIAS, 2003 apud MELO 2005, p. 19).

Nessa perspectiva, o turismo envolve várias dimensões – econômicas, políticas, sociais e culturais – e relações que ocorrem em territórios com identidades próprias. Logo, trata-se de um fenômeno que envolve o movimento de pessoas dentro de seu próprio país ou através das fronteiras nacionais. Não obstante atualmente, o conceito de turismo acresceu os setores econômicos, pelo capital, perdendo o romance inicial, e este fenômeno tem sido estudado socioeconomicamente, legislado e explorado. Então agora é possível definir diferentes tipos de turismo, referindo-se ao poder de compra, poder econômico, aos gostos, preferências e preocupações.

A OMT (2013) sustenta que o turismo tem um impacto sobre a economia, o ambiente natural e o ambiente construído, a população local nos lugares visitados e os próprios visitantes. Devido a esses vários impactos, a ampla gama e variedade de insumos necessários para produzir os bens e serviços adquiridos pelos visitantes e da ampla gama de atores envolvidos ou afetados pelo turismo, é necessário adotar uma abordagem holística para a gestão, desenvolvimento e supervisão do turismo. Esta abordagem é altamente recomendada, com vista à formulação e implementação de políticas de turismo nacionais e locais, bem como os acordos internacionais e outros processos no domínio do turismo.

Cabe ressaltar que de acordo com o Ministério do Turismo,

O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional. Face à sua relevância como elemento orientador do modelo de desenvolvimento turístico desejado (BRASIL, 2007, p.15).

É citado também que:

As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos. Para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esses princípios são os seguintes: sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade político-institucional (BRASIL, 2007, p.15).

Nota-se que se tratando de termos econômicos o turismo, direta e indiretamente, gera um aumento da atividade econômica nos locais visitados (e fora dela), principalmente por causa da demanda por bens e serviços a serem produzidos e fornecidos.

## **1.2 - Turismo Sustentável**

O conceito de turismo sustentável é derivado do novo paradigma, hoje difundido e aceito universalmente desenvolvimento sustentável. Este foi utilizado para a primeira vez em 1980, na versão da "Estratégia Mundial para a Conservação", na prova da inviabilidade do modelo de crescimento econômico vigente para nível planetário (MALDONADO, 2006).

Turismo sustentável pressupõe, primeiro, uma gestão global de recursos que depende totalmente integrado ao meio ambiente natural, cultural e humano e outros, solidariedade, respeito mútuo e de participação de todos os interessados no processo. Tal abordagem implica um desafio de inovação cultural, tecnológico e profissional (MALDONADO, 2006).

Em contrapartida, o turismo também pode vir a ser destruidor e predatório se não for devidamente controlado. Para isso, deve-se realizar um planejamento da atividade sempre aliado ao conceito de sustentabilidade.

Deste modo, faz-se necessário se estabelecer o conceito de Turismo Sustentável para uma melhor compreensão do fenômeno. A OMC-OMT o define como segue:

O desenvolvimento do turismo sustentável satisfaz as necessidades dos turistas atuais e as regiões de acolhimento ao mesmo tempo proteger e aumentar as oportunidades para o futuro. Prevê-se como líder de gestão de todos os recursos em tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte de vida.

No entanto, a definição é suficientemente flexível para permitir uma variedade de abordagens e interpretações do conceito. Por exemplo, na bibliografia OMC-OMT anotada, dentro do "turismo sustentável" estão incluídas questões ligadas ao desenvolvimento rural, ecoturismo, impacto ambiental, patrimônio cultural e natural, desenvolvimento urbano, turismo alternativo, os povos indígenas, animais

selvagens, parques naturais, etc. Não obstante, quando o turismo é praticado de maneira sustentável possui caráter transformador das comunidades, sociedades e até países.

O primeiro grande evento a respeito do Turismo Sustentável foi a Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável. Segundo Maldonado (2006) O mesmo foi realizado em 1995, Lanzarote, nas Ilhas Canárias, foram instituídos “os conceitos associados desenvolvimento sustentável do turismo, considerando o último como um fator importante para a sustentabilidade do patrimônio natural, cultural e humano” (p.06).

Nessa ocasião os participantes emitiram a "Carta para o Turismo Sustentável", apelando à comunidade internacional, as comunidades governos locais, indústria, turismo e ONGs para adotar seus princípios e objetivos baseados nas recomendações da "Agenda 21" (MALDONADO, 2006).

A Carta enfatiza a fragilidade dos recursos naturais que sustentam a turismo e crescente demanda por melhor qualidade ambiental. Considerar proteção prioritária da dignidade humana, ambas as comunidades locais como turistas, e reconhece o potencial do turismo para trazer os seres humanos e promover a paz entre os povos (MALDONADO, 2006).

Dessa maneira, o desenvolvimento do turismo deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, ou seja, tem ser ecologicamente suportável, economicamente viável e justa do perspectiva social e ético para as comunidades locais. Turismo tem que considerar seus efeitos sobre o patrimônio das comunidades locais, a sua tradicionais atividades dinâmicas, deve respeitar os frágeis equilíbrios que caracterizar muitos destinos turísticos. O reconhecimento destes fatores e apoio sua identidade, cultura e interesses em comunidade deve formular estratégias.

### **1.3 - Turismo de Base Comunitária**

Segundo Lobato e Tavares (2012), no Turismo de Base Comunitária, TBC, buscam-se melhorias para as comunidades, sendo elas as principais beneficiadas com a atividade turística, pois o que se percebe é que a atividade turística do tipo massificada tem gerado graves problemas sociais, ambientais e econômicos, além de inserir precariamente as comunidades locais. Cria-se territórios culturalistas.



Quanto à expressão do TBC a nível mundial, Lobato e Tavares (2012) enfatizam que foi a partir de 2003, com a realização do 1º Fórum Internacional de Turismo Solidário<sup>1</sup>, que ocorreu na cidade de Marseille na França.

Brasil (2012) ressalta que a falta de consenso em termos conceituais resulta por um lado, da heterogeneidade das próprias experiências e, por outro, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência. O desenho da política pública para Turismo de Base comunitária foi norteado por alguns conceitos defendidos por instituições reconhecidas como pioneiras na organização da atividade turística de base comunitária.

Segundo a organização não-governamental *Worldwide Life Fund* (WWF), no âmbito conceitual relativo ao turismo responsável, o ecoturismo de Base comunitária pode ser entendido como: “o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (BRASIL, 2010, p.15).

Outra instituição que trabalha com este modelo de turismo é o Projeto Bagagem, uma ONG que visa à criação de uma rede de economia solidária de Turismo comunitário no Brasil. sua principal estratégia é associar-se a instituições locais para apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiam prioritariamente as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e da participação direta da população local. segundo a ONG:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (PROJETO BAGAGEM 2009 apud BRASIL, 2010, p.16).

Para Irving (2009 apud LOBATO: TAVARES, 2012, p.5), o Turismo de Base Comunitária

Tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por

---

<sup>1</sup> Teve outras edições, uma no ano de 2006 na cidade Chiapas no México que foi o 2º Fórum, e outra no ano de 2008, na cidade de Bamako no Mali que foi o 3º Fórum.

esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (Irving, 2009 apud LOBATO; TAVARES, 2012, p.5).

Lobato e Tavares (2012) destacam que o termo Turismo de Base Comunitária é:

Aplicado a várias atividades, operações e empreendimentos que dizem respeito a uma comunidade que recebe visitantes a vários níveis. São as visitas a um lugar onde a comunidade está envolvida na apresentação dos seus moradores e patrimônios como atrações ou oferecendo um leque de mercadorias (produtos agrícolas ou artesanato), que constitui o elemento “turístico” do conceito (p.5).

Conforme Pereira e Barreto (2012), o turismo de base comunitária surge em contraposição ao turismo de massas, trazendo em seu bojo premissas que permitirão o envolvimento da comunidade no processo do turismo, não apenas expectadores, mas como protagonistas, desde o processo de planejamento até a execução e monitoramento da atividade em seu território. Assim, o turismo de Base comunitária “é um dos novos eixos do turismo que tem a comunidade como protagonista, sendo uma alternativa de desenvolvimento local com a perspectiva de melhoria de vida da comunidade” (PEREIRA e BARRETO, p.4).

Lobato e Tavares (2012) esclarecem que o TBC, implica não somente a “interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe investimentos e pessoas curiosas e ávidas pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social” (p.5).

Ao Resgatar experiências de Turismo de Base comunitária no Brasil, verifica-se que datam de meados dos anos 1990, e foram organizadas independentemente de ações públicas. Com a criação do ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do País, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC (BRASIL, 2010).

Foram estabelecidos alguns projetos a favor do fortalecimento desta forma específica e inovadora prática turística. Assim, inicialmente, o Ministério do Turismo atendeu demandas isoladas de experiências de TBC, de acordo com sua área de atuação. Por exemplo, a associação acolhida na colônia – que já trabalhava o turismo rural na agricultura familiar, com hospedagem em propriedades rurais e visitação às atividades dos agricultores em Santa Catarina – teve projetos apoiados em 2005 e 2007 pela coordenação-Geral de segmentação, por ser um projeto relevante do segmento turismo rural.

Nos anos de 2006 e 2007, tanto representantes das iniciativas de TBC como pesquisadores do tema demandaram do poder público uma ação mais articulada, com o reconhecimento do Turismo de Base comunitária. A intensificação do diálogo entre áreas do mTur com órgãos do Governo Federal, academia e projetos resultou na decisão de apoiar o desenvolvimento do TBC por meio de um processo seletivo de projetos, com a elaboração de um edital de chamada Pública (BRASIL, 2010).

Com base nas definições citadas anteriormente, a abordagem do ministério do Turismo amplia a abrangência do conceito de TBC. “De modo a contemplar a diversidade das iniciativas existentes no País e contribuir para o alcance de seus objetivos institucionais, sobretudo os traçados no Plano nacional de Turismo 2007-2010” (BRASIL, 2010, p.17).

Brasil (2010) destaca as Diretrizes de Turismo de Base comunitária inserida na política pública de turismo nacional consolidada no Plano Nacional de Turismo 2007-2010:

- I. Promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda pela inclusão da atividade turística;
- II. Apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões;
- III. Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos;
- IV. Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo e;
- V. Promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos.

Brasil (2010) também enfatiza os objetivos principais das ações de fomento ao TBC:

- I. Contribuir para a geração de trabalho e renda no local;
- II. Organizar e fortalecer os atores/as comunidades locais para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos;
- III. Agregar valor aos destinos turísticos;
- IV. Diversificar a oferta turística de destinos consolidados;
- V. Incrementar o fluxo de turistas demandantes deste segmento;
- VI. Promover a interação entre comunidade e turista, de forma sustentável, com ganhos – materiais e simbólicos – para a população local, e oferecer uma experiência turística diferenciada para o visitante a partir da sua participação na vida comunitária local.

Diante do exposto, nota-se que o Turismo de Base Comunitária se apresenta como uma modalidade estratégica configura-se numa forma de integração da renda para as populações, que vivem essencialmente de atividades extrativistas e de agricultura de sustentação, podendo contribuir a reduzir os impactos sobre os recursos naturais, como instrumento de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural e de resgate da identidade cultural e como política de promoção de um modelo econômico coletivo e solidário apropriado a realidade das populações tradicionais da região.

#### **1.4 - Turismo Indígena**

Certamente há várias definições na Literatura referentes ao tema “Turismo Indígena, e também algumas incertezas na sua conceituação. No entanto, tem-se como pretensão apenas apresentar algumas classificações que podem ser utilizadas na abordagem do assunto, uma vez que existem algumas confusões que se concentram mais em um nível semântico do que teórico outras em um contexto prático, denominam-no, por exemplo, de ecoturismo, etnoturismo, etc.

Em fator dessa vulnerabilidade epistemológica a cerca do Turismo Indígena, selecionou-se nesse subcapítulo algumas abordagens sobre a diferença conceitual

entre ecoturismo e turismo indígena, a fim de esclarecer essas duas caracterizações que aparentemente significam a mesma coisa, mas que na verdade são distintas.

Recorrendo a uma das referências encontradas, sobre o turismo indígena, Faria (2008 apud JESUS 2008, p.4) define o segmento como:

O turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido nos limites das terras indígenas ou fora deles com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo povo-comunidade indígena envolvida. [...] O fato de povos e comunidades indígenas desenvolverem atividades turísticas fora dos limites de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais e sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Por ser realizado nos núcleos populacionais, meio urbano ou rural, de modo que não afete negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, técnicos, entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas.

Na visão de Jesus (2008) a definição mais próxima do termo “turismo indígena”, relaciona-se principalmente “ao patrimônio material e imaterial, [...] já que as atividades voltadas à natureza são desencadeadores de especificidades marcantes das simbologias e territorialidade indígenas” (p.4).

Para Brito (2009, p. 23) trata-se do turismo que utiliza “dentre outros fatores, dos recursos naturais, das tradições culturais e das identidades regionais para seu desenvolvimento”.

González (2008) analisa o turismo indígena como uma organização de negócios de autogestão dos recursos patrimoniais com base na comunidade, por meio de práticas democráticas e de trabalho de solidariedade para distribuição de benefícios. Desse modo, a autora destaca que o Turismo Indígena é caracterizado pela promoção e fortalecimento de sua sustentabilidade de serviços de ecoturismo, como instrumentos eficazes para conservação do patrimônio cultural e ambiental, que formando uma das bases para o desenvolvimento econômico da comunidade através do acesso a informação, capacitação e tecnologia apropriada em todos os momentos de incentivo à participação ativa e corresponsabilidade à sociedade.

González (2008) sustenta que o Turismo Indígena é resultado da conscientização de determinada etnia em trabalhar de maneira coletiva de forma local, regional, nacional e internacional. A autora destaca que desde a década oitenta vários países da América Latina (Bolívia, Brasil, Argentina, Chile, Panamá e

México, entre outros) se reuniram para discutir a respeito da discriminação histórica que os indígenas foram submetidos por parte da sociedade civil, na tentativa de buscar opções para melhorar as condições materiais de vida dos mesmos. Martins (2007) conceitua turismo indígena como:

O turismo desenvolvido nas terras indígenas ou fora delas com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo grupo/comunidade indígena envolvida, mas existem povos indígenas que não querem essa atividade dentro de suas terras, mas sim divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, porém sem mercantilizá-la, fora da terra indígena (p.3).

Conforme o autor o fato desses povos ou grupos indígenas praticarem atividades turísticas fora de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais ou sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Pode ser realizado nos núcleos populacionais de modo que não afete negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, entidades indígenas e dentre outros (MARTINS; COUTINHO, 2007).

Rita (2007 apud GONZÁLEZ 2008, p. 5) relata que no México, existem várias organizações indígenas e redes (não oficiais) que prestam serviços de turismo de forma responsável. De acordo com a autora o Turismo Indígena tem as seguintes particularidades:

- I. Promove a interação, o aprendizado, a apreciação da natureza e a cultura de seus anfitriões, com o compromisso de respeitar e participar de conservação dos seus recursos e da sua diversidade biológica e cultural;
- II. Minimiza impactos ambientais e culturais;
- III. Representa uma dimensão humana e cultural, destinada a promover encontros interculturais e de interesse mútuo com os visitantes;
- IV. Fornece códigos de ética para regular o comportamento dos turistas e relações com a comunidade;
- V. Visa um serviço competitivo sustentável, sem perder a sua identidade cultural;
- VI. Proporciona às comunidades prosperidade, condições melhores de vida;

VII. Promove a atividade conjunta, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável;

VIII. Preserva os recursos naturais e culturais, e promove o seu reconhecimento, disseminação e monitoramento em consequência da convivência intercultural harmoniosa;

IX. Fortalece e desenvolve local, regional, nacional e internacional uma troca de experiências entre comunidades e apóia a comercialização e promoção de cada destino turístico;

Não obstante, “a atividade de turismo realizada em áreas indígenas independente de sua denominação correta, deve sem sombra de dúvida se apoiar nos preceitos do turismo sustentável” (BRITO, 2009, p.26).

Como segmento turístico, de fato o Turismo Indígena tem estreita relação com o Ecoturismo, pois do mesmo modo “é realizado em áreas naturais, utiliza-se dos atrativos culturais e visa sustentabilidade” (BRITO, 2009, p.24).

Em todo o mundo, os povos indígenas estão se envolvendo mais na indústria do turismo e, particularmente, o ecoturismo. "Os povos indígenas compreendem cinco por cento da população do mundo, ocupam 20% da superfície terrestre do mundo, e mais 80% da biodiversidade do mundo em terras e territórios ancestrais" (ONU, 2002 apud ZEPPEL, 2006).

Zeppel (2006) avalia estudos de casos globais de projetos indígenas de ecoturismo nas ilhas do Pacífico, África, América Latina e Sudeste Asiático. O papel das ONGs ambientais e organizações governamentais em apoio a projetos de conservação e ecoturismo Indígenas também é destaque, discute fatores-chave e restrições para o desenvolvimento sustentável do Ecoturismo Indígena e explora as ligações crescentes entre a conservação da biodiversidade, ecoturismo e terra indígena. Assim, analisa o Ecoturismo Indígena como um tipo especial de turismo baseado na natureza e examina os benefícios da conservação e da comunidade indígena de empresas de propriedade e operadas de ecoturismo.

Diante do exposto, nota-se que idealmente, o Turismo Indígena deve facilitar o envolvimento e as experiências dos povos indígenas como parte integrante da experiência de viagem usando e reconhecendo o seu papel como guardiões do meio ambiente. Esta é uma indústria que é potencialmente sustentável, capaz de fornecer

as populações locais com a oportunidade de gerir seu envolvimento com o mundo exterior para seu próprio benefício.

### 1.5 - Ecoturismo

Os representantes dos grupos de atores principais: governos nacional e local da empresa, privada dedicada ao ecoturismo e suas associações profissionais, ONGs, instituições acadêmicas, organizações intergovernamentais, ILCS. Envolveu mais de mil pessoas a partir de de 132 países.

Para a OMT ecoturismo é uma personificação do turismo temático. Na sua conceituação, propõem também que não deve haver um equilíbrio entre a ambiente natural e sua relação com o elemento humano, todos acima, em termos sustentáveis. Esse conceito forneceu maior discussão, como também aporte teórico para autores com interesse no tema. Logo, existem outros conceitos a cerca da sua definição.

Segundo o Ministério do Turismo ecoturismo é,

O segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações. Este segmento é caracterizado pelo contato com os ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivencia e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Assim o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidos com a conservação e a educação ambiental (BRASIL, 2006, p.24).

De acordo com a OMT o Ecoturismo têm as seguintes características:

I. Toda forma de turismo baseado na natureza em que a principal motivação dos turistas é a observação e apreciação da natureza ou das culturas tradicionais vigentes em áreas naturais.

II. Geralmente, embora não exclusivamente, voltado a pequenos grupos organizados por empresas especializadas. Os prestadores de serviços são proprietários de pequenas empresas locais.

III. Tenta minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e cultural.



IV. Contribui para a proteção de áreas naturais utilizados como ecoturismo atração.

V. Gera benefícios econômicos para as comunidades, organizações e governos anfitriões que gerenciam áreas naturais com fins de conservação,

VI. Proporciona oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais,

VII. Aumentar a conscientização sobre a conservação do patrimônio natural e cultural, tanto os habitantes locais e os turistas.

Conforme Maldonado (2006) a "Declaração de Ecoturismo de Quebec" enfatiza que o turismo é um dos setores mais importantes da economia mundial e reconhece o seu potencial contribuição para a redução da pobreza e proteção ambiental nos ecossistemas frágil e ameaçada. Notou-se que os princípios do ecoturismo assumido turismo sustentável a nível económico, social e ambiental diferindo de que os princípios seguintes:

I. Contribui ativamente para a conservação do património natural e cultural;

II. Inclui as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento e operação, contribuindo para o seu bem estar;

III. Interpreta o património natural e cultural do destino para visitantes;

IV. Presta uma maior atenção para viajantes independentes, bem como circuitos dispostos para grupos de tamanho reduzido.

Conquanto, o ecoturismo envolve principalmente viagens para destinos onde a motivação principal é observar e apreciar a natureza e cultural e patrimônio em áreas naturais. Trata-se de unir conservação, comunidades e viagens sustentáveis.

## **1.6 - Ecoturismo Indígena**

O turismo praticado, dentro de terras indígenas surge como alternativa econômica viável com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas, mas também como um instrumento de valorização cultural, pois é a diversidade cultural desses povos, são os principais atrativos para o ecoturista, desde que sejam definidas juntamente com suas entidades

representativas (organizações e associações indígenas) as diretrizes, estratégias bem como o tipo de turismo que se pretende, diante do imenso potencial cultural e natural que o município apresenta (MARTINS; COUTINHO, 2007).

A Cúpula de Québec, reconhece a diversidade cultural ligada a numerosas áreas naturais, especialmente devido à presença de comunidades indígenas, alguns dos quais têm mantido o seu know-how, seus costumes e práticas tradicionais, em muitos casos, têm se revelado mais sustentável nunca. Estas áreas protegidas, com alta biodiversidade e cultura, são o lar de populações muitas vezes vivem na pobreza e sofrem de lacunas de saúde, educação, comunicações e outras infra-estruturas necessárias para desfrutar de oportunidades reais de desenvolvimento (Maldonado, 2006).

Em todo o mundo, os povos indígenas estão se envolvendo mais na indústria do turismo e, particularmente, o ecoturismo. "Os povos indígenas compreendem cinco por cento da população do mundo, ocupam 20% da superfície terrestre do mundo, e mais 80% da biodiversidade do mundo em terras e territórios ancestrais" (ONU, 2002 apud ZEPPEL, 2006).

Zeppel (2006) avalia estudos de casos globais de projetos indígenas de ecoturismo nas ilhas do Pacífico, África, América Latina e Sudeste Asiático. O papel das ONGs ambientais e organizações governamentais em apoio a projetos de conservação e ecoturismo Indígenas também é destaque, discute fatores-chave e restrições para o desenvolvimento sustentável do Ecoturismo Indígena e explora as ligações crescentes entre a conservação da biodiversidade, ecoturismo e terra indígena. Assim, analisa o Ecoturismo Indígena como um tipo especial de turismo baseado na natureza e examina os benefícios da conservação e da comunidade indígena de empresas de propriedade e operadas de ecoturismo.

Tendo em vista que o Brasil possui quase 1/3 das florestas tropicais remanescentes no mundo (Mata Atlântica e Amazônia), sendo reconhecidamente "um dos mais importantes repositórios da diversidade biológica mundial" (AYRES et al., 2005), o "fenômeno do rápido crescimento do turismo vem trazendo algumas importantes reflexões para governos, mercados, pesquisadores, ambientalistas e comunidades" (LEANDRO; TEXEIRA, 2008, p.13). Num contexto mais amplo, percebe-se o efetivo surgimento de um dos mais recentes fenômenos de

transformação socioeconômica-cultural do mundo contemporâneo: a atividade turística.

## **2.0 - QUESTÕES ETNOCULTURAIS**

### **2.1 - Tangibilidade e Intangibilidade Cultural**

No processo de gestão ou no recebimento de respectivo povo, pois se trata de um patrimônio cultural de propriedade coletiva que estará sendo usado. Para isso, as organizações indígenas com o apoio da FUNAI, deverão registrar devidamente seu patrimônio cultural material e imaterial em cartório.

Leal (2007) esclarece que a cultura deixa de ser percebida como "imóvel", pois na contemporaneidade ela viaja e transgride limites geográficos. Assim, o olhar antropológico passa a considerar não só as culturas fixas territorialmente, mas também os fluxos culturais globais e seus agentes periféricos.

### **2.2 - Turismo Cultural**

A perspectiva antropológica de cultura entende-a como modo de vida, isto é, o modo como os seres humanos pensam, dizem, fazem e fabricam. A Antropologia afirma a dignidade equivalente de todas as culturas (PÉREZ, 2009, p. 104). Ainda que a natureza cultural do turismo é já antiga, a ligação entre turismo e cultura é relativamente recente e muito mais o conceito de "turismo cultural".

Num sentido mais restrito o turismo cultural seria um tipo de viagem por motivos unicamente culturais e educativos, uma definição que também apresenta os seus problemas e que não chega a ser consensual (PÉREZ, 2009, p. 104).

Não pode existir turismo sem cultura, daí que possamos falar em cultura turística, pois o turismo é uma expressão cultural. Em termos filosóficos toda a prática turística é cultural (PÉREZ, 2009, p. 104).

A Europa é detentora de um riquíssimo Património Cultural, sendo que este representa um dos mais antigos recursos geradores de turismo. O Turismo Cultural, segundo dados da União Europeia, é actualmente, por toda a Europa um agente importante da economia, desempenhando ainda um papel fundamental na mudança social e empresarial que o Velho Continente tem vindo a viver (Richards, 2005 apud FERREIRA; AGUIAR; PINTO, 2012, p.111).

As indústrias turísticas, das quais se salienta a indústria do Turismo Cultural, evoluíram em todas as nações e regiões da Europa, ocupando o lugar deixado vago pela indústria da manufactura, sendo encorajado e financiado por instituições locais, nacionais e até internacionais. Tudo isto tornou-se o reflexo da alteração económica de uma era, onde primordialmente a produção induzia ao consumo, para uma nova era onde passa a ser a sociedade de consumo que induz à produção. Deste modo, os destinos turísticos, de onde se destacam os destinos culturais, atraindo mais turistas vêm a sua produção estimulada e por consequência sentem-se mais seguros. Novas empresas de apoio ao serviço turístico são criadas: restauração, hotelaria, lojas, itinerários (Richards, 2005 apud FERREIRA; AGUIAR; PINTO, 2012, p.111).

Na Europa, o mercado do Turismo Cultural é incrivelmente competitivo. Muitas cidades e regiões da Europa continuam a desenvolver estratégias turísticas, promovendo o seu Património Cultural, bem como as suas tradições. Museus e galerias estão rapidamente a reformular-se, tendo em vista a captação de públicos cada vez mais exigentes. A verdade é que a Europa está perfeitamente consciente da ameaça do mundo globalizado que se vive actualmente (Richards, 2005 apud FERREIRA; AGUIAR; PINTO, 2012, p.111).

Segundo Brasil (2010) a cultura engloba todas as formas de expressão do homem: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente. A definição de cultura, nesta perspectiva abrangente, permite afirmar que o Brasil possui um património cultural diversificado e plural. Esses aspectos, da pluralidade e da diversidade cultural, representam para o turismo a oportunidade de estruturação de novos produtos turísticos, com o consequente aumento do fluxo de turistas; e converte o turismo em uma atividade capaz de promover e preservar a cultura brasileira.

Assim, a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do património histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades (BRASIL, 2010).

Diante da abrangência dos termos turismo e cultura, das inúmeras possibilidades de interação entre as duas áreas em benefício do desenvolvimento de ambas, o Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, realizou a releitura das atividades e suas características para, desta forma, definir e conceituar o Turismo Cultural, pressuposto para orientar a formulação de políticas públicas para o segmento. De acordo com Brasil (2006 apud BRASIL. 2010, p.15):

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

O Turismo Cultural é hoje uma realidade para muitos municípios que buscam desenvolver-se de forma sustentável e agregar mais valor a sua cidade. Ao valorizar as manifestações culturais, folclóricas, artesanais e a arquitetura da cidade o Turismo Cultural melhora a auto-estima da população local. Mas, para tornar-se realmente atrativo aos visitantes o Turismo Cultural deve envolver a comunidade em torno deste objetivo, não só pela possibilidade do desenvolvimento da economia local com a entrada de divisas, mas principalmente visando o aproveitamento do Turismo Cultural como propulsor do espírito comunitário e da melhoria na qualidade de vida da população.

### **3.0 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Segundo o Ministério do Turismo, na década de 1960, deu-se o início a,

Um novo conceito de desenvolvimento começou a se consolidar, verificando-se desde então uma maior preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento econômico do planeta. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado ao modelo de consumo vigente, aos efeitos negativos da acumulação e do desperdício, e aos riscos da degradação do meio ambiente<sup>2</sup> (BRASIL, 2007, p.16).

---

<sup>2</sup> Sendo o tema principal de documentos importantes, como o relatório “Limites do Crescimento” do Clube de Roma (1971), a Conferência Mundial de Estocolmo (1972), o relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), a Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992) e a Conferência Mundial Rio +10, em Johannesburgo (2002).

Ouviu-se pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável no ano de 1987, na *World Commission on Environment and Development (WCED)* – Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento –, presidida pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. Foi definido como: “O desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (BRASIL, 2007, p.18).

A Comissão de Brundtland referiu à necessidade do mundo potencializar uma forma de desenvolvimento que se assente no equilíbrio entre o crescimento econômico, coesão social e na proteção e valorização do ambiente.

Após três anos que essa comissão havia sido constituída foi publicado um documento intitulado “Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland”. Nessa ocasião a primeira ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou a seguinte definição para o conceito: “É a forma com as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Scharf, 2004 apud ESTENDER; PITA, 2007, p.2).

A respeito desse documento, o Ministério do Turismo destaca que:

Nesse estudo, foram reconhecidas as limitações do uso intensivo de recursos naturais, o impacto das disparidades entre as nações ricas e pobres, e a importância de uma política global capaz de promover condições de sobrevivência ao gênero humano, que segundo o próprio relatório, estariam em sério risco. (BRASIL, 2007, p.17).

Nesse contexto, Estender e Pita (2007) ressaltam que a partir de então percebeu-se “que a questão a ser tratada não era somente uma questão ambiental ou econômica, mas sim, uma questão social”(p.4).

Foi na década de 1990 que o tema sustentabilidade passou a evidenciar destaque no Brasil. “com a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992” (SOARES, s.d, p.299).

Segundo Estender e Pita (2007) três áreas de desenvolvimento sustentável foram destacadas no plano de sustentabilidade da Agenda 21, apresentado na ECO-92: “a dimensão econômica, social e ambiental” (p.4).

A partir de então, o tema Desenvolvimento Sustentável tem ganhado notoriedade nos últimos anos no Brasil, sendo tema principal da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) <sup>3</sup>.

Silva (2008) analisa o desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva concreta. Nesse prisma, o autor lança sua crítica aos defensores do caráter ilusório do desenvolvimento que discutem quanto à existência de “pouca, ou virtualmente nenhuma, mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial. Assim, se avaliado o acúmulo de riqueza como critério único para o crescimento econômico de um número significativo de países ocuparem o topo da pirâmide, o desenvolvimento seria uma ilusão.

Por outro lado, Silva (2008) admite que limitar o conceito de desenvolvimento a mero crescimento econômico, normalmente medido apenas em termos de renda *per capita* ou Produto Interno Bruto (PIB), significa ignorar diversas variáveis importantes, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao acesso da população à educação e ao sistema de saúde.

### **3.1 - Desenvolvimento Local**

Ferreira (2009) Qualquer tentativa de definição positiva do conceito de desenvolvimento está condenada ao fracasso. Definir desenvolvimento como um “ato planejado de mudança” tem pouca utilidade, devido à grande abrangência da definição. Por outro lado, as tentativas de definir o conceito de forma mais estrita implicam sempre opções de caráter normativo. Resta, pois, analisar as diferentes definições de desenvolvimento em busca dos valores que as normatizem.

Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está

---

<sup>3</sup> Conhecida também como Rio+20 foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro.

associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (LEROY, 1997 apud MARTINS; BOSCO, 2002).

Petitinga (2005) O desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores utilizam o termo “global”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

Martins e Bosco (2002), o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades.

Muitos autores já tentaram desconstruir o termo desenvolvimento por considerar que este implica em práticas associadas à colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização econômico-financeira e à uniformização planetária. Isto foi discutido em 2002, em um colóquio internacional organizado na UNESCO, “apesar de não explicarem como substituir o conceito e a prática do desenvolvimento, sobretudo nos contextos em que as desigualdades e as carências são ainda muito flagrantes” (MILANI, 2005 apud PETITINGA, 2005, p.1).

Petitinga (2005, p.3) Atualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Do mesmo modo, a problemática ambiental não pode ser dissociada da social.



Martins e Bosco (2002) Entender o desenvolvimento, de fato, não se trata de mera questão conceitual, mas de postura e de sentimento, basicamente sustentados pela modéstia e promotores da simplicidade.

Martins e Bosco (2002) O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação.

Martins e Bosco (2002), na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia.

Martins e Bosco (2002, p.53) concluem que:

a participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora. Negligencia-se a participação mesmo quando se empreendem todos os esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. O esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresse, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isto significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa.

Para Martins e Bosco (2002, p.53) o desenvolvimento local não constitui a única saída para a crise do desemprego, mas encerra a perspectiva do enfrentamento deste e de outros problemas socioeconômicos. Desenvolvimento local, todavia, não equivale a geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005). Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não

interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (PETITINGA, 2005, p.3).

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (PETITINGA, 2005, p.3).

Um processo de transformação da realidade que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar social da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população a fim de que essa possa garantir a sua sustentabilidade. (TURNES, 2004, p. 9)

O termo local diz respeito à possibilidade de interação pessoal e de estabelecimento de vínculos entre os atores, contrapondo-se, portanto, ao relacionamento de massa, feito através da grande mídia e sustentado por instituições formais (leis, repartições públicas etc.). Uma segunda importante particularidade é que o conceito de desenvolvimento local acrescenta as dimensões social, ambiental e política aos aspectos econômico e produtivo, buscando atingir a sociedade como um todo, de acordo com a noção de sustentabilidade. Sustentabilidade refere-se a quatro dimensões que se espera estejam presentes no processo de desenvolvimento (TURNES, 2004, p. 9):

- a) Dimensão social – referente à existência de instituições locais (costumes, normas, práticas) facilitadoras da articulação entre os diferentes atores sociais;
- b) Dimensão econômica – referente à criação de oportunidades para geração de renda necessária ao bem-estar material da população;
- c) Dimensão ambiental – condições educativas e materiais que preservem o meio ambiente;
- d) Dimensão político-institucional – capacidade de estimular processos de gestão social democrática que fortaleçam as instituições locais e garantam sustentabilidade política.

Turnes (2004, p. 9) identifica quatro pilares de sustentação do desenvolvimento local: melhoria dos recursos humanos, organização social, gestão social, empreendedorismo. Ou seja, a visão de uma região com elevado nível de desenvolvimento inclui a presença de indivíduos qualificados em diferentes

especialidades, a existência de um quadro institucional local variado e atuante, formas de gestão social local condizentes com os princípios democráticos e desenvolvimento pessoal e um sistema de incentivos à inovação e ao empreendedorismo em diferentes níveis (pessoal, empresarial, comunitário e político).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios. Compreendemos território como um ator inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e atividades econômicas.

O desenvolvimento local/endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população. Ainda nesse aspecto, é preciso pensar a quem o desenvolvimento local vai beneficiar; o assunto é tratado por diferentes áreas de estudo, e por isso apresenta concepções diferentes.

É diferente a abordagem econômica, que vê no crescimento econômico o fator mais relevante, da abordagem social, que almeja o desenvolvimento integral, social, humano. O desenvolvimento pode não atingir os interesses da população local, ou servir de instrumento de qualidade de vida para ela. O resultado depende da organização das comunidades locais e do poder dos diferentes agentes do desenvolvimento local.

### **3.2 - Conservação e Preservação Ambiental**

As questões ambientais têm sido crescentemente incorporadas à agenda científica dos mais diversos campos do conhecimento e às agendas políticas locais, nacionais, regionais e globais. Sua ascendente relevância tem origem na compreensão cada vez mais difundida de que a sustentabilidade ambiental é imprescindível para o desenvolvimento de longo prazo das sociedades.

Segundo Brasil (2011) conservação é o método de usar um recurso natural ou o ambiente total de um ecossistema particular, para impedir a exploração, poluição, destruição ou negligência e assegurar o uso futuro desse recurso. É uma

atividade que estava à frente em relação à industrialização e do uso contínuo de materiais não-renováveis, e sobre a convicção de que a nossa vida tecnológica só pode ser mantida através da conservação sustentável dos recursos.

Embora a idéia de conservação é provavelmente tão antiga quanto a espécie humana, o uso desse termo no presente contexto é relativamente recente dos anos conservação adquiriu muitas conotações: para alguns, significa a proteção da natureza selvagem para sustentar produtivas outros materiais a partir dos recursos da 'terra prolongadamente'. A definição aceita foi apresentado em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) como: "O uso humano da biosfera para produzir o maior benefício sustentável, mantendo o potencial às aspirações das gerações futuras<sup>4</sup>".

Desse modo, a conservação implica o conhecimento da ecologia, a ciência que diz respeito às relações entre a vida e o meio ambiente, a ecologia, mas é baseado em uma ampla variedade de disciplinas e abrange conservação sentimentos, crenças e atitudes. Devemos analisar qualquer recurso que queremos proteger e planejar cuidadosamente o trabalho a ter lugar, para este trabalho é chamado de Preservação e é direcionada exclusivamente para o recurso de serviço e que esta proporciona.

Conforme Brasil (2011) Unidades de Conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. As UC asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno (BRASIL, 2011).

As reservas indígenas, apesar de não serem consideradas Unidades de Conservação, elas possuem um conjunto de cláusulas na legislação que busca promover a 'proteção', 'conservação' e 'preservação' ambiental nessas localidades, fazendo com que as reservas indígenas ganhem um *status quo* que acaba salvaguardando o meio ambiente da lógica sistêmica de desenvolvimento capitalista

---

<sup>4</sup> <http://www.iucn.org/>

de ocupação via desmatamento e impactos ambientais negativos em que se predominam os interesses econômicos e corporativos. Ao se visualizar as reservas indígenas em um mapa temático da Amazônia Legal, facilmente se nota que tais reservas tornam-se 'ilhas verdes de resistência' circundadas por áreas desmatadas para a fronteira agropastoril no país. Portanto, as reservas indígenas têm seu papel como 'unidades de conservação' mesmo não estando no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC.

O SNUC é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias se diferencia quanto à forma de proteção e usos permitidos. Há unidades de proteção integral, que precisam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, e há unidades de uso sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável e, ao mesmo tempo, serem conservados. Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma forma específica para a conservação dos recursos naturais.

As unidades de conservação têm protegido o patrimônio ambiental do Brasil desde 1934, com a criação da Floresta Nacional de Lorena (SP). Desde então, a área abrangida por UC tem aumentado, especialmente nos últimos anos, resultando em quase 1,5 milhões de km<sup>2</sup>, ou 16,6% do território continental brasileiro e 1,5% do território marinho, destinados para a conservação da biodiversidade, preservação de paisagens naturais com notável beleza cênica, uso sustentável dos recursos naturais e valorização da diversidade cultural brasileira. Toda essa área está protegida por um total de 310 unidades federais, 503 estaduais, 81 municipais e 973 RPPN, dados consolidados até 10 de maio de 2011 (BRASIL, 2011).

Segundo Brasil (2011) existem as seguintes categorias de Unidades de Conservação:

- Área de Proteção Ambiental: área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações.
- Área de Relevante Interesse Ecológico: área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais

singulares, cujo objetivo é manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.

- Floresta: área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, cujo principal objetivo é o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica.
- Reserva Extrativista: área natural com o objetivo principal de proteger os meios, a vida e a cultura de populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, ao mesmo tempo, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais existentes.
- Reserva de Fauna: área com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, onde são incentivados estudos técnicocientíficos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada criada para proteger a biodiversidade a partir de iniciativa do proprietário.
- Estação Ecológica: área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas.
- Reserva Biológica: área destinada à preservação da diversidade biológica, onde podem ser efetuadas medidas de recuperação de ecossistemas alterados e de preservação e recuperação do equilíbrio natural, da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais.
- Parque: área destinada à proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, e desenvolvidas pesquisas científicas.
- Monumento Natural: área que tem como objetivo básico a preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.

- Refúgio de Vida Silvestre: ambiente natural onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.

#### **4.0 - NOÇÕES DE TERRITÓRIO, RESERVA, TERRAS INDÍGENAS E NAÇÃO INDÍGENA**

Esta pesquisa ficaria conceitualmente incompleta se não fossem apresentadas e discutidas as definições de 'território', 'reserva', 'terras', e de 'nação indígena'. O conceito de território é muito amplo e tem várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua, intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos e normativos é prática corriqueira, e, *per se*, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou em ambos ao mesmo tempo.

A Geografia dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade de pessoal até a escala do indivíduo (Haesbaert, 2004, p. 37).

A palavra território, de acordo com Costa (1997 apud SOUZA; PEDON, 2007, p.128) deriva do 'latim territorium' que é derivado de terra e que nos tratados de agrimensura apareceu com o significado de 'pedaço de terra apropriada'.

SANTOS (1994), o Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Com a globalização, passamos da noção de território "estatizado", nacional, para a noção de território "transnacional", mundial, global.

O território nacional é o espaço de todos, abrigo de todos. Já o território "transnacional" é o de interesse das empresas, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los

Souza (2000) vê o território como um espaço definido e delimitado pelas relações de poder, uma definição que possibilita o início da compreensão do território como uma área de influência e sob o domínio de um grupo. Na compreensão de Sack (1986), o conceito de território refere-se à uma área dominada por um grupo humano e, por meio desse domínio tenta-se formas de controle sobre o comportamento dos demais pertencentes a uma determinada área geográfica.

Seguindo esse raciocínio Valverde (2004, p.122) produção do espaço estaria então voltada para estabelecer um equilíbrio normalmente não muito bem definido entre o bem-estar público e os direitos privados, mas que está por princípio vinculado a idéias de equivalência e isonomia. O território seria apenas a área na qual esse conjunto de regras universais estaria sob vigor e o espaço público seria a grande arena da política e de todas as relações sociais, significando a essência e o sucesso do '**nomoespaço**'.

Já o '**genoespaço**' estaria fundamentado na crença de que todos os indivíduos de um grupo (usa-se também a palavra comunidade) têm interesses iguais, uma vez que são culturalmente originários de uma combinação única, comum entre eles e o território. A única diferenciação possível é entre cada um dos grupos, desconsiderando qualquer outro nível de análise.

O território expressaria muito mais do que a relação formal de pertencimento e de legalidade presente na definição do nomoespaço, sendo, antes de tudo, o "solo no qual floresceu" tal relação. O inegável teor ecológico é proposital, pois revela uma ligação mais passional com o terreno e procura "naturalizar" o intrincado processo social de formação da coletividade.

Nessa concepção, toma-se por lei a tradição e os costumes presentes nesses grupos e que são encontrados nessa extensão de área (e apenas nela). Portanto, as leis são bastantes informais e dependem da continuidade.

Para Martins (2007,p.3) os povos indígenas, a primeira condição para a sobrevivência física e cultural é a demarcação de suas terras.

Segundo Faria (2007) a associação dialética entre cultura e território resulta na territorialidade, a qual cria uma identidade específica para cada lugar.



Little (2002, p. 2) define territorialidade como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”

São Paulo (2011, p.6), a Reserva Legal foi criada em 1934, no 1º Código Florestal, para servir como reserva de madeira para a propriedade. A gleba era aberta (desmatada) e era deixada uma parte dela (25%) reservada com mata para fonte de madeira para a própria propriedade. Como as matas eram abundantes, não se imaginava que os rios e córregos ficariam sem proteção. Ainda não se tinha total conhecimento dos serviços ambientais prestados pela floresta com relação à preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Na visão de Pacheco (s.d), o Código Florestal de 1965 foi editado objetivando a proteção de nossas reservas florestais, na redação original determinada pela Lei 4.771, de 15.09.1965, que estabeleceu, pelo só efeito da lei, as áreas de preservação permanente e determinou a instituição de uma reserva em parte do solo de imóvel rural para fins de conservação de cobertura florestal.

Reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural – excetuada a de preservação permanente –, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. O conceito normativo de reserva legal é dado pelo art. 1º, § 2º, inciso III, do Código Florestal - Lei Federal n.º 4.771, de 15/09/1965 (com a redação da Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24/08/2001).

O conceito de reserva legal evoluiu com a legislação, e o que antes significava conservação de parte das matas que se supunham existentes passou a significar, também, dever pró-ativo de criar tal reserva onde não exista.

Hoje, no entanto, sabe-se de todas estas funções. Sabe-se inclusive da importância dos recursos naturais para o próprio sistema produtivo. Se não há água, se o solo não é bem conservado, a produção encarece. Uma propriedade rural degradada não consegue produzir o que se espera e representa a desvalorização do patrimônio de seu proprietário. O que se precisa aprender agora é como manejar esta Reserva, que por si só já é valiosa para o produtor rural e pode gerar uma fonte

de renda alternativa para o agricultor. Assim, será bom para o proprietário rural e para a sociedade (SÃO PAULO, 2011, p.6).

Pacheco (s.d, p.7) Dessa forma, anunciada como ação para conter o desmatamento na Amazônia, a referida Medida Provisória aumentou de 50% para 80% a área de Reserva Legal em propriedade rural em região de florestas na Amazônia Legal. Além disso, proibiu a expansão da conversão de áreas arbóreas em agrícolas nas propriedades rurais que possuíssem áreas já desmatadas, abandonadas ou subutilizadas. Também, a utilização das áreas com cobertura florestal nativa, na região Norte e parte da região Centro-Oeste, passou a ser permitida somente na forma de manejo sustentável.

## **5.0 - ASPECTOS LEGAIS DO TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS**

A regularização fundiária é um passo crucial em muitas comunidades indígenas da América Latina, pois tal reivindicação busca proteger as terras tradicionais, estilos de vida e culturas. O reconhecimento legal de seus reinos físicos fornece um ponto de partida para avanços futuros, como maior poder de barganha, o aumento da autonomia social ou política, e uma participação mais significativa na definição da agenda de desenvolvimento para suas comunidades.

Na última década na América Latina, os tempos mudaram mais uma vez. Muitos países revisaram suas leis e políticas que regem terras indígenas e os direitos aos recursos naturais (CRAIN, 2011).

O uso humano não-planejado de recursos naturais dos ecossistemas de floresta tropical é um desafio maior que deve ser considerado na formulação da política ambiental no Brasil. Instrumentos econômicos atuam nos custos de produção e consumo dos agentes econômicos, que estão direta e indiretamente associados aos objetivos da política ambiental, e contemplam uma grande diversidade de ferramentas de política que requerem condições especiais de aplicação (AYRES et al., 2005).

O turismo indígena requer antes que se tenha clareza tocante às várias situações fundiárias. O início da jurisprudência teve início com um Alvará Régio de 1 de Abril de 1680, que reconhecia o direito congênito dos indígenas, isto é, quando

existia um título de domínio cuja posse não precisa ser legitimada, bastando reconhecer o direito originário (YÁZIGI, 2007).

Em nossos tempos, a Constituição da República Federativa do Brasil retomou o mesmo princípio, ao formular em seu Artigo 231 (p. 127), que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e fazer respeitar todos os seus bens”. Mendes (2002, apud Yázigi, 2007, p.04).

Dessa maneira, a Constituição afasta de vez a necessidade de desapropriação, destinação e terras reservadas quando em presença de territórios indígenas tradicionais. Trata-se, isso sim, do reconhecimento da posse indígena como direito originário, congênito e imprescritível. A legislação brasileira, segundo Yázigi (2007), reconhece três modalidades de terras indígenas conforme parágrafo primeiro do mesmo artigo 231 (p.127) da Constituição Federal:

a) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições;

b) Terra Indígena Dominial: aquela resultante de um ato de compra individual ou coletivo, conforme Código Civil, e;

c) Terra Indígena Reservada: aquela destinada à posse indígena, “mas que não se confunde com a terra tradicional. Geralmente as reservas indígenas servem para solucionar problemas decorrentes da perda irreversível da terra tradicional [...]”;

O turismo indígena só pode existir em sintonia com o mundo não indígena por duas razões fundamentais: 1) são não-indígenas que se interessam por seus domínios; 2) toda infra-estrutura de acesso depende de redes nacionais e internacionais. Além disso, há sinais evidentes de que, não sabendo ainda como se organizar, os indígenas deverão procurar parcerias, como universidades e tour operadores. Pelo fato de atrações turísticas incluírem possíveis serviços de hospedagem, alimentação, divulgação, venda de produtos, intérpretes etc.é

previsível que os trâmites incluam também empresas locais, regionais e internacionais.

O índio brasileiro se faz presente nas mídias do exterior desde longa data. Como sua abertura ao turismo internacional deverá passar, inevitavelmente, por operadores globalizados, com o risco de serem explorados sugere muita precaução (Yázigi, 2007).

O reconhecimento de terras indígenas tradicionais depende de um processo de tramitação com as seguintes etapas: a) identificação e delimitação, calcadas em análises antropológicas, históricas, ambientais, cartográficas e fundiárias, sob responsabilidade da FUNAI; b) Declaração, baseada na análise dos estudos feitos e aprovados por Portaria do Ministério da Justiça – servindo à fase posterior; c) Demarcação, consistente de definições topográficas nos limites reconhecidos, marcação geodésica, abertura de picadas e demais sinalizações conforme portaria do Ministério da Justiça.

Essa tarefa é executada por empresas licitadas pela FUNAI; d) Homologação, feita com base em mapas e memorial definitivos da terra, encaminhados pelo Ministério da Justiça à Presidência da República que o chancela; e) Registro, após publicação no Diário Oficial, em nome da União. Essa última etapa é realizada nos cartórios das comarcas a que pertencem as terras, da mesma forma que no Serviço do Patrimônio da União.

O turismo indígena é desenvolvido em várias comunidades indígenas brasileiras que passam a explorar o turismo como mais uma alternativa de renda. Apesar de o turismo em áreas indígenas ser oficialmente proibido, nos últimos anos tornou-se frequente por parte de agências de turismo a solicitação de entrada de turistas, junto a FUNAI, em terras indígenas, principalmente no Estado do Amazonas.

Embora haja a proibição oficial, existe de forma clandestina um tipo de turismo que por sua vez inclui em seu roteiro algumas comunidades indígenas ou atrativos em terras Indígenas, como prática de turismo (CAVALCANTE 2012, p.2).

Vale lembrar que a Constituição Federal, em seu artigo 231, garante o seu direito à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam, com direito à

demarcação e proteção, assim como o direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes nessas terras.

WWF (2002) afirma que muitas vezes as próprias populações tradicionais são a garantia de que as áreas continuarão sendo conservadas. Além disso, a própria existência dessas populações culturalmente vinculadas à região também representa o próprio valor histórico e cultural que merece ser preservado e respeitado pelo poder público, inclusive em função do que estabelecem os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

No âmbito do Ano Internacional do Ecoturismo (2002), e sob os auspícios do Programa Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (Pnuma) e do Mundo Turismo (OMT), mais de mil participantes de 132 países, a partir da público, privado e não-governamental, que participou da Cúpula Mundial Ecoturismo, realizada em Quebec (Canadá), entre 19 e 22 de Maio 2002 patrocinado pela Tourisme Québec e da Comissão Canadense de Turismo.

A Cúpula de Quebec representa o culminar de 18 reuniões preparatórias em 2001 e 2002 e na qual mais de 3.000 governo administrações nacionais e locais, incluindo meio ambiente, turismo e outras áreas, empresas privadas e associações relacionadas com ecoturismo profissionais, ONGs, instituições acadêmicas e consultores, organizações intergovernamentais e as comunidades indígenas e locais (QUEBEC, 2002).

Este documento leva em conta o processo de preparação e os debates realizada durante a Cúpula. É o resultado de um diálogo multilateral, embora não é um documento negociado. Seu principal objetivo é preparar um programa preliminar e uma série de recomendações para o desenvolvimento do ecoturismo na contexto do desenvolvimento sustentável. Quebec Declaração sobre ECOTURISMO

Os governos nacionais, regionais e locais E. A comunidades locais e indígenas Além de todas as referências a comunidades indígenas em parágrafos precedentes da presente Declaração, (particularmente nos parágrafos 5<sup>o</sup>, 8 e 9, na página 2, em parágrafos 1 e 2 na página 3, em A B 2 e 17 21 e 27, C 35, D 45), os participantes foi para as próprias comunidades indígenas as seguintes recomendações: 46. para definir e implementar, como parte da visão de desenvolvimento de um comunidade, que pode incluir ecoturismo, uma estratégia

para melhorar os benefícios grupos comunitários de desenvolvimento do ecoturismo e entre eles incluem o desenvolvimento de capital humano, de acesso físico, econômico e social, e melhorar a informações técnicas; 47. fortalecer, nutrir e promover a capacidade da comunidade para manter e utilizando técnicas tradicionais, especialmente os ofícios caseiros, o produção agrícola, construção tradicional e arquitetura da paisagem no que os recursos naturais são utilizados de forma sustentável (QUEBEC, 2002).

### **5.1 - Empreendedorismo Indígena no Turismo**

A palavra empreendedor origina-se da palavra *entrepreneur*, que é francesa, literalmente traduzida, significa: aquele que está entre ou intermediário (HISRICH, 1986). A definição de empreendedor evoluiu com o passar do tempo, devido às mudanças ocorridas na área econômica mundial tornando-se mais complexa. Desde seu início na idade média, o indivíduo que participava ou administrava grandes projetos de produção era chamado de empreendedor, porém esta pessoa utilizava os recursos fornecidos geralmente pelo governo do país (BISPO et al. 2007).

O empreendedor da idade média era o clérigo – a pessoa encarregada de obras arquitetônicas como castelos e fortificações, prédios públicos, abadias e catedrais. No século XVII agrega-se mais uma característica ao empreendedor, o do risco. Neste período o empreendedor era a pessoa que assumia um contrato com o governo, para fornecimento de um produto ou serviço (BISPO et al. 2007).

No século XVIII, veio a diferenciação entre o investidor de capital e o empreendedor. Uma das causas dessa evolução foi a industrialização, onde muitas coisas estavam sendo inventadas, como por exemplo, Eli Whitney com a invenção do descaroçador de algodão e Thomas Edison com a eletricidade. Os dois empreenderam com seus estudos, porém para colocar em prática, necessitavam de capital, o capital era financiado pelos investidores (BISPO et al. 2007).

Portanto empreendedor era a pessoa que precisava de capital e o fornecedor do capital eram os investidores de risco. Um investidor de risco é um administrador, profissional do dinheiro que faz investimentos de riscos com o objetivo de obter altas taxas de retorno sobre o investimento.

Em meados do século XX, associam o empreendedor como inovador. Nesse período também que o conceito de inovação é integrado à característica do empreendedor (BISPO et al. 2007)..

O surgimento dos primeiros empreendedores no Brasil; foi devido a uma abertura maior da economia na década de 90. Porém esses novos empreendedores não detinham de conhecimentos suficientes para administrar seus negócios. Foi a partir desse surgimento do pequeno empreendedor que o SEBRAE começou a dar um suporte técnico para esses novos empreendimentos (BISPO et al. 2007).

Para Valenciano e Barboza (2005), empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de idéias em oportunidades, e a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso. Assim, a ênfase ao empreendedorismo surge muito mais como consequência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, e não é apenas um modismo. O mercado competitivo também faz com que os novos empresários adotem novas medidas.

Por isso o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade (VALENCIANO; BARBOZA, 2005).

Assim, o empreendedor aceita assumir riscos calculados e a possibilidade de fracassar. Trata-se de alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro. Um dos principais atributos do empreendedor é identificar oportunidades, agarrá-las e buscar os recursos para transformá-las em negócio lucrativo.

Segundo Martins (2007, p.4) o turismo praticado dentro de terras indígenas surge como alternativa econômica viável com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas, mas também como um instrumento de valorização cultural, pois é a diversidade cultural desses povos, são os principais atrativos para o ecoturista, desde que sejam definidas juntamente com suas entidades representativas (organizações e associações indígenas) as

diretrizes, estratégias bem como o tipo de turismo que se pretende, diante do imenso potencial cultural e natural que o município apresenta.

Portanto, o turismo indígena é uma modalidade de empreendedorismo uma vez que cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. encontram-se pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedorismo: Iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz. Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive.

## **5.2 - Cooperativismo e Associativismo Indígena**

A população indígena no Brasil é estimada, pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em cerca de 470 mil pessoas, o equivalente a pouco mais do que 0,2% da população total do país. Cerca de 60% desta população vive hoje na região designada como Amazônia Legal. Já o censo demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou 734.127 pessoas se auto-identificando como "indígena", elevando esse percentual para 0,4% da população do país.

Essa população representa uma diversidade lingüística que ultrapassa o número de 180 línguas, classificadas em 35 famílias lingüísticas. Estima-se existir no Brasil um total de 220 povos indígenas, vários deles submetidos à jurisdição de mais de um Estado-nação, como é o caso dos Guarani (Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai), Yanomami (Brasil e Venezuela), Tukano (Brasil e Colômbia) e Tikuna (Brasil, Colômbia e Peru). Os indígenas estão presentes em todos os estados da Federação e seus territórios ("terras indígenas", no linguajar jurídico do estado brasileiro) somam aproximadamente 110,6 milhões de hectares –o equivalente a aproximadamente 13% do território nacional e 21% da Amazônia brasileira.

Segundo Albuquerque (2009) a retórica destas associações enfatiza questões contemporâneas relacionadas à política oficial do estado. A principal delas é o discurso da proteção e preservação das tradições indígenas como retórica da ampliação da democracia e visibilidade da atuação do estado.

Entretanto, a democracia na visão liberalista é um procedimento para manutenção e representação de sistemas políticos.



A função essencial à manutenção e estabilidade dos sistema político , ao possibilitar a agregação de interesses e sua expressão na esfera pública, assim como permitiria a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e convívio democráticos (GANANÇA, 2006, p. 05).

Segundo Souza (2003) no final da década de 80, a proliferação de organizações indígenas nos moldes, implementadas por diversas agências (oficiais ou não) de “assistência” comunitária, no intuito de promover o acesso a recursos para o “desenvolvimento” dos grupos indígenas.

Com a crise instaurada na FUNAI no período de redemocratização e um novo perfil do movimento indígena, principalmente, a partir da Constituição de 1988, dá-se um declínio da assistência oficial que leva ao surgimento de associações indígenas nas aldeias, predominantemente, entendidas como organizações não tradicionais, que servem para captar recursos externos (SOUZA, 2003).

Dessa maneira os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, determina livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural (Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 3). Assim como têm o direito a conservar e fortalecer suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, se assim o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado (Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 5).

De acordo com Lüchmann (2011) diferentes perspectivas teóricas ressaltam benefícios democráticos das práticas associativas, como a defesa dos grupos mais vulneráveis e excluídos, o caráter pedagógico no sentido da promoção de processos de educação política, a promoção de relações de confiança, cooperação e espírito público, as denúncias de relações de poder, ou ainda a participação na elaboração e controle de políticas públicas. Assim a década de 1990 vai trouxe novas características nas práticas associativas do país. Uma importante parte dos estudos e pesquisas passam a incorporar uma perspectiva teórica sobre a importância das organizações da sociedade civil para a democracia.

Nesse contexto, Lüchmann (2011) destaca que entender as configurações do campo associativo requer que se olhe para além das associações, ao mesmo tempo que se identifique os recursos, os atores, as propostas e as dinâmicas das

práticas associativas em suas diferentes relações e articulações, se quisermos avançar nos estudos acerca dos potenciais democráticos das associações.

É importante destacar que o cooperativismo avança de maneira forte e organizada, gerando emprego e distribuindo renda de forma mais justa em todo território brasileiro. No município de Santa Luzia do Pará, nordeste do estado, a 180km da capital, Belém, a realidade não é diferente. Ali, o Sistema OCB/Sescoop-PA ajudou a constituir a Cooperindamazon (Cooperativa Indígena da Amazônia), tornando-se a primeira cooperativa indígena do Brasil, formada por 20 índios da etnia Tembé, composta por oito tribos diferentes<sup>5</sup>.

As aldeias indígenas ainda enfrentam diversos problemas decorrentes de invasões em seus territórios, além das ameaças que ferem profundamente suas dignidades. Através de diversas informações sobre a população indígena, percebe-se a necessidade dos indígenas a constituírem-se em associações e cooperativas. Com a cooperativa, esses povos têm o fortalecimento e proteção contra a violência exercida por posseiros e expectativas de melhorias no mercado produtivo.

## **6.0 - METODOLOGIA**

### **6.1 - Delineamento da Pesquisa**

Para a abordagem centralizada de como ocorre o turismo na Comunidade Nova Esperança localizada na reserva São Marcos, utilizou-se um metodologia qualitativa com base em 'estudo de caso', e com aplicação de questionário e realização de entrevistas, o que resultou na produção de conteúdo descritivo e, também, estatístico para análise.

Conforme Yin (2001) consiste em uma estratégia de pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. A preferência por este tipo de pesquisa e método deve-se ao fato de serem os mais adequados ao problema de pesquisa que envolve estudos organizacionais e gerenciais, possibilitando uma análise aprofundada, levando-se em conta o contexto local e regional.

---

<sup>5</sup> <http://www.cooperativismo.org.br/cooperativismo/noticias/noticia.asp?id=18989>

## 6.2 - Sujeitos e Amostragem da Pesquisa

Objetivando analisar a percepção e expectativa dos membros da comunidade indígena Nova Esperança em relação à importância econômica e ambiental do turismo em suas terras, a entrevista foi aplicada no dia 23 de março de 2013 contando com duas ajudantes para coleta de dados, após autorização do Tuxaua que foi dada no dia da pesquisa, pois anteriormente foi impossível contato com o mesmo. As informações recebidas no dia da coleta de dados foi que a comunidade possui 40 (quarenta) famílias e que algumas não estavam presentes no dia, pois havia a realização de um festejo neste mesmo dia em outra comunidade.

Após autorização foi possível dar início as pesquisas, sendo que todos os moradores pertencentes à comunidade foram abordados.

A comunidade possui um número pequeno de habitantes, sendo atualmente composta por 40 famílias. Objetivando abranger a maior participação dos residentes, a entrevista foi aplicada em pelo menos 1 (um) morador a partir de 15 (quinze) anos em cada residência, exceto quando não havia alguém que pudesse responder ou quando não havia ninguém em casa.

No decorrer desta pesquisa, observou-se que a Comunidade Nova Esperança possui uma escola, igreja, centro de artesanato e posto de saúde, além de possuir uma grande necessidade em vários aspectos, sendo elas: a falta de energia elétrica para algumas famílias, água encanada e melhorias no posto de saúde entre outros.

Ao considerar o grau de contato entre a Comunidade Indígena Nova Esperança e os visitantes, observou-se que eles estão adaptados ao contato com a sociedade nacional. Pois esporadicamente acontecem visitas de pesquisadores na área, além de turistas que vão para visitar os atrativos que Comunidade dispõe como: a trilha do Kuatá e a Cachoeira Makunaima. Fato importante a ser descrito é que alguns moradores possuem curso de condutor local, e também que há um projeto para a construção de um restaurante e uma pousada em Nova Esperança, o que é muito interessante para expansão e sucesso da localidade em relação ao desenvolvimento do turismo local.

A principal fonte de renda dos residentes da Comunidade Nova Esperança é a agricultura, de acordo com as informações dados pelo Senhor João que é o atual

Tuxaua, outras praticas compõem a renda das famílias, como a venda dos artesanatos que é fabricado sob encomenda, as pessoas se reúnem na casa do artesanato que fica na localidade para fabrica-los, e o Tuxaua fica responsável pela destinação dos produtos.sa

essa parte aqui dos sujeitos da amostra nao correspondem com os que vc colocou 15 m e 11 f sao 26 e vc diz 22 total e somando as idades da 28 vou verificar nos questionario ae te passo.

Os sujeitos da amostra desta pesquisa são 26 moradores da Comunidade Nova Esperança, (15 = M e 11 = F). Destes, quatro com idade entre 15 e 20 anos, cinco com idades entre 21 a 30 anos, seis com idades entre 31 a 40 anos, quatro com idades entre 41 e 50 anos e, sete com idade acima de 50 anos

### **6.3 - Instrumentos de Coleta de Dados**

A condução do estudo de caso foi realizada através de revisão bibliográfica da literatura nacional, por meio de pesquisa em livros e via Internet através de materiais disponibilizados na base de dados do *Scientific Eletronic Library Online* – Scielo, FUNAI, Ministério do Planejamento; do Banco de Teses e Dissertações da USP; do Google Acadêmico e por meio da aplicação de um questionário de pesquisas “in loco” na Comunidade Nova Esperança. A fim de encontrar referenciais relativos às proposições de estudo, visando fixar as informações em um formato apropriado para a análise. Foi considerado um recorte temporal das publicações nos últimos 12 anos (2000-2012). O trabalho foi realizado em seis meses de pesquisa, em busca de publicações que correspondam à proposta de pesquisa.

### **6.4 - A Análise dos Dados**

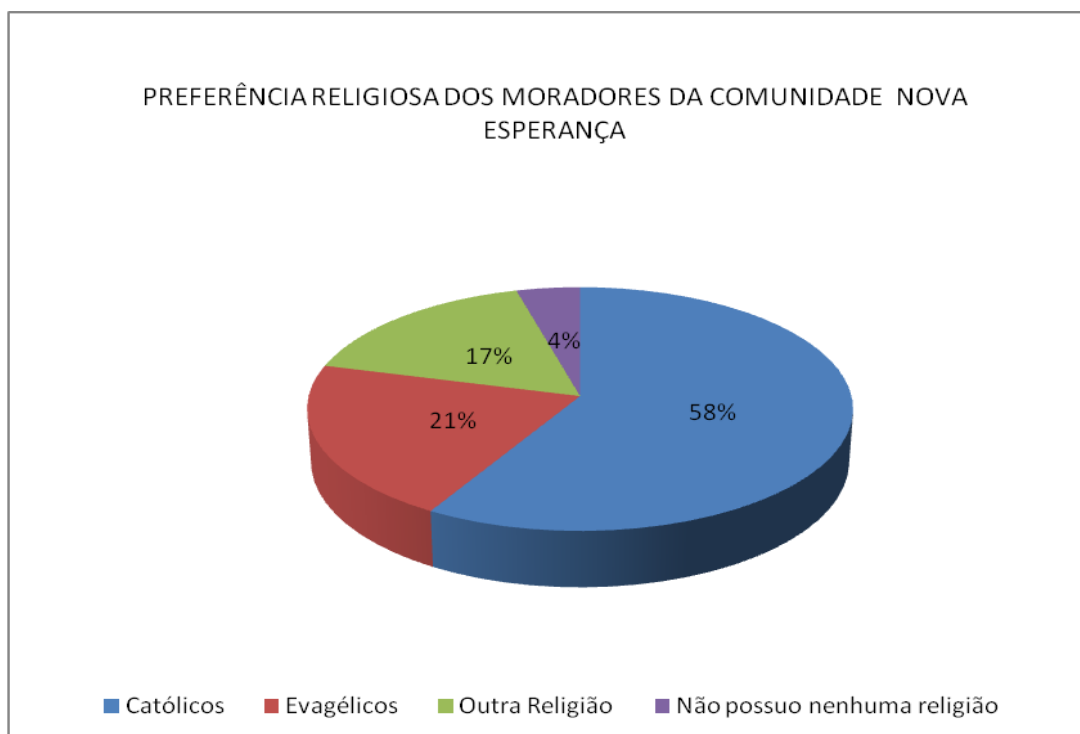
A análise foi feita com base nos pressupostos teóricos, seguindo o modelo padrão combinados, ou seja, os padrões de base empírica comparado com os padrões previstos, ou seja, comparar as evidências com os componentes do modelo proposto.

## 7.0 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo consistiu em analisar como ocorre o turismo na Comunidade Nova Esperança localizada na reserva São Marcos a 7 km de Pacaraima, e as possibilidades do etnoturismo agir como um fator de desenvolvimento na comunidade, tendo como aliado a prática do turismo de base local, valorizando assim a cultura desse povo.

Para tanto este estudo foi realizado através da aplicação de questionários aos habitantes da Comunidade Nova Esperança no mês de março do presente ano – na tentativa de conhecer por meio da opinião dos mesmos o modo como o turismo é praticado na comunidade – com um amostral de 26 respondentes (15 = M e 11 = F). Destes, quatro com idade entre 15 e 20 anos, cinco com idades entre 21 a 30 anos, seis com idades entre 31 a 40 anos, quatro com idades entre 41 e 50 anos e, sete com idade acima de 50 anos.

Cabe ressaltar que este amostral é pequeno, se relacionado à quantidade de moradores da comunidade, porém, a de ser considerado, uma vez que, assim como os demais membros da comunidade, o respondente tem o direito nas tomadas de decisões dentro da Comunidade junto as suas lideranças indígenas. Dessa maneira foram obtidos os seguintes resultados:

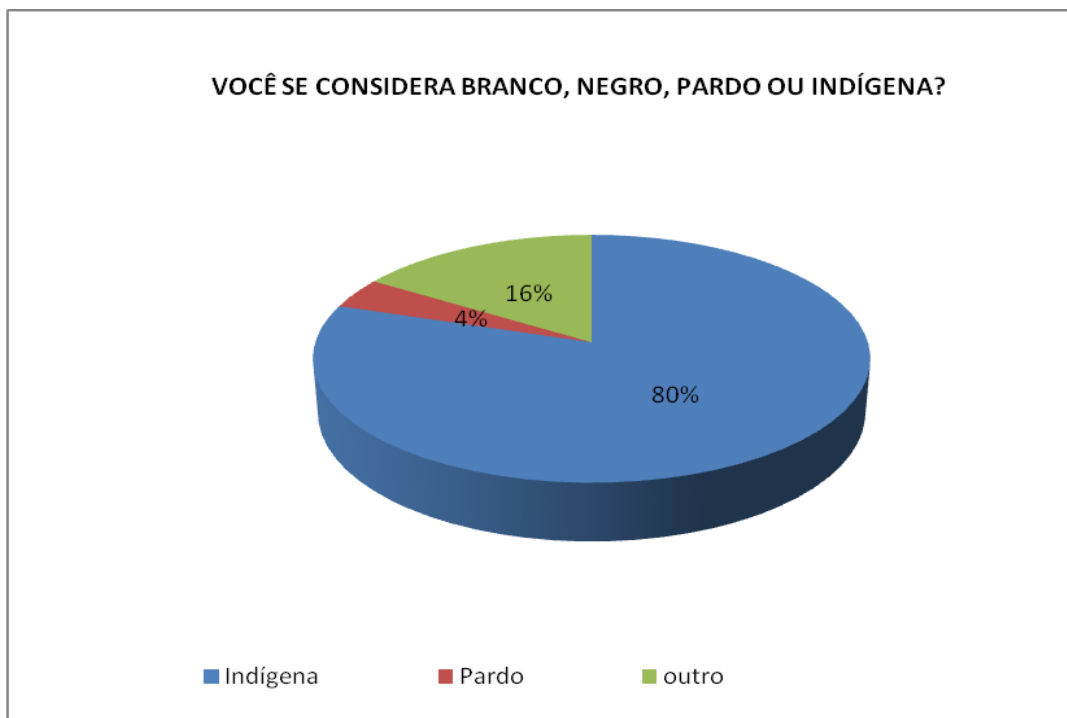


**Figura 1.0** - Preferência Religiosa dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.

Com vista no percentual amostrado, 58% dos respondentes são católicos, 21% são evangélicos, 17% pertencem a outras religiões e apenas 4% dizem não possui religião.

Observou-se que a religião é algo característico na comunidade, pois, é muito difícil encontrar alguém que não tenha noção do que vem a ser esse termo, seja realmente praticante ou não, em contrapartida, existem aqueles que não hesitam em afirmar que não possuem religião, contudo acreditam em Deus.

Destaca-se nos dados apresentados que 80% dos respondentes se auto-declararam indígenas, 4% consideram-se pardos e 16% declararam pertencerem de outras raças, porém não souberam definir suas específicas etnias .



**Figura 2.0** - Auto-considerações dos moradores da Comunidade Nova Esperança no quesito cor/raça.

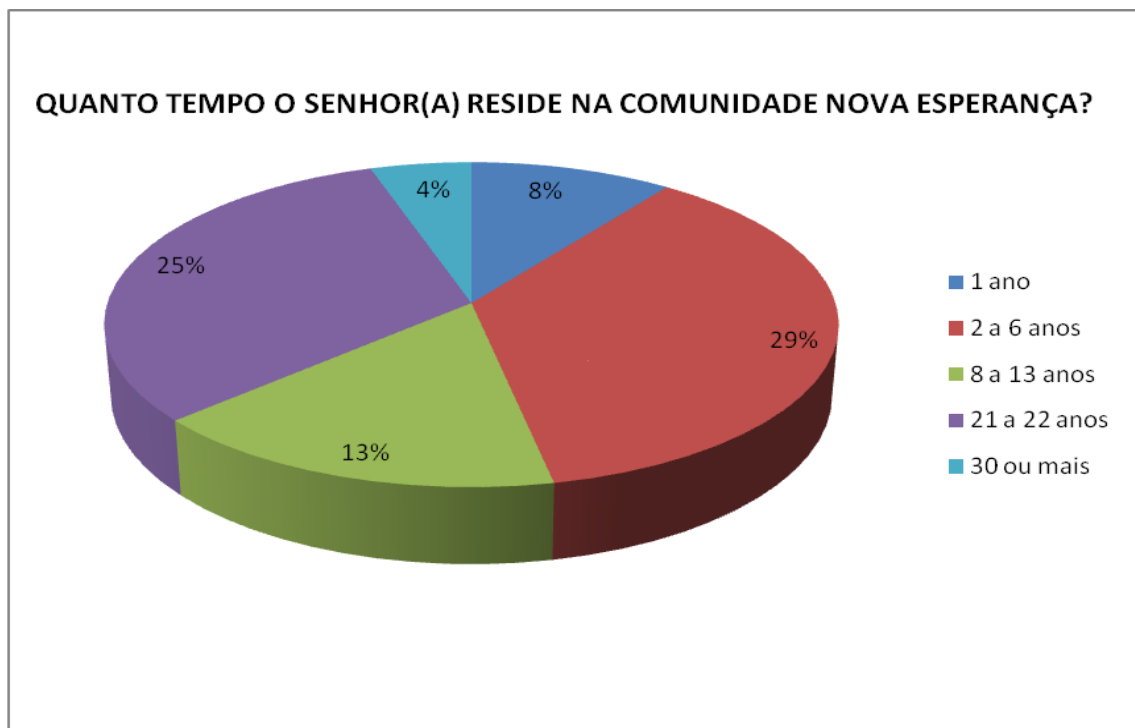
Podemos corroborar esses dados com o da análise da distribuição espacial dos auto-declarados indígenas revelada pelo Censo Demográfico 2010<sup>6</sup>, no qual foi observado que na Região Norte e no ambiente amazônico há supremacia ao longo dos Censos, “com 37,4% dos auto-declarados” (IBGE, 2012, p.9).

<sup>6</sup> A primeira divulgação dos resultados definitivos no que se refere ao indígena proveniente do quesito cor ou raça.

Esses dados relacionam-se com a afirmação de Luciano (2006), sobre a questão do reconhecimento da cidadania indígena brasileira. Segundo o autor a valorização das culturas indígenas, possibilitou essa nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil.

O IBGE utilizou o método de auto-identificação para chegar aos seus números. Entretanto, Luciano (2006, p. 28) ressalta que existem povos indígenas brasileiros que estão fora desses dados, inclusive os do IBGE, e que são denominados “índios isolados”, ou índios ainda em vias de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural.

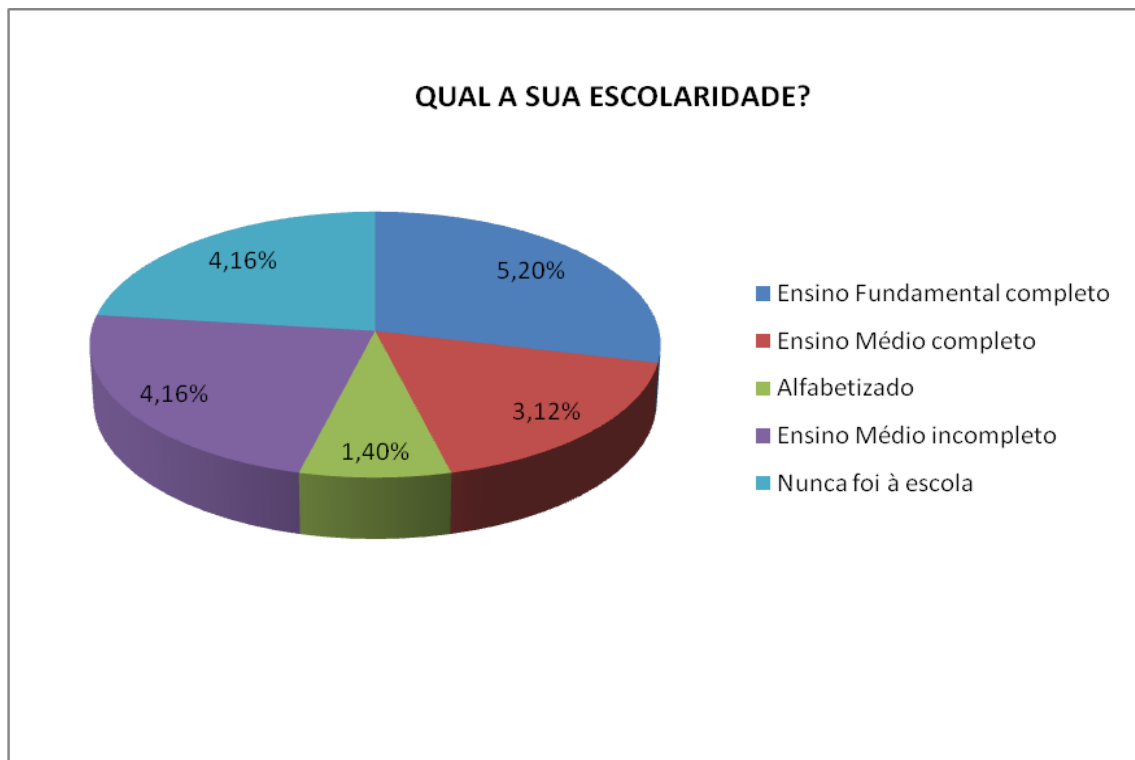
Brandão, Barbieri e Silva (2012) e suas análise certificaram que as famílias que residem na Comunidade Nova Esperança são formadas por três etnias: Taurepang, Wapixana e Macuxi. Destarte, os Macuxi representam 50% da população, seguido dos Wapixana 40% e os Taurepang, 10%. Segundo os autores, estes povos possui maior permanência na comunidade. No entanto, os autores afirmam que os traços culturais, referentes à língua, a construção de suas habitações, bem como seus hábitos alimentares, sofreram intensas mudanças.



**Figura 3.0:** Tempo de residência do respondente na Comunidade Nova Esperança

Conforme apresentado na **Figura 3.0** podemos observar que 4% dos respondentes residem a 30 anos na comunidade, 8% residem a apenas 1 ano, 13% residem entre 8 a 12 anos, 21% residem entre 13 a 18 e 25% residem entre 21 a 22 anos.

Brandão; Barbieri e Silva (2012) explicam que apesar da comunidade Nova Esperança localiza-se em Terras Indígenas (Reserva São Marcos), “desde sua demarcação, sempre teve a presença de não índios dentro da reserva” (p.22).



**Figura 4.0** - Nível de Escolaridade dos Moradores da Comunidade Nova Esperança

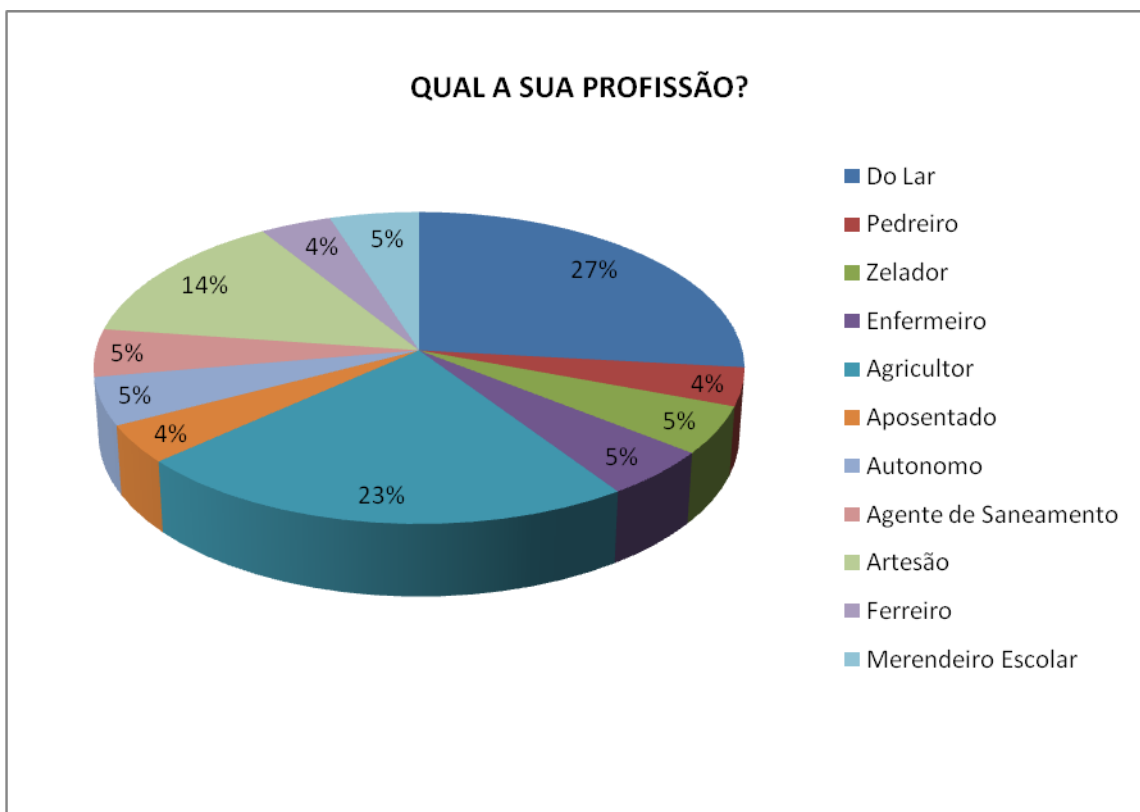
Conforme representado na **Figura 4.0**, 5,20% dos respondentes possuem o Ensino Fundamental; 8,32% não concluíram o Ensino Fundamental; apenas 3,12% possuem o Ensino Médio Completo; 4,16% não conseguiram completar o Ensino Médio; 1,4% somente foi alfabetizado, e 4,16% nunca foi à escola.

Com base nesses dados, e pelo que foi observado *in loco* notou-se o alto índice de evasão escolar, provavelmente porque o sistema educacional não atende as demandas específicas desses Povos Indígenas. Tendo em vista que diante das necessidades do mundo moderno, necessitam de subsídios teóricos e práticos educacionais.



Esse ponto de vista vai de encontro às análises de Luciano (2006) ao defender que os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno. Logo, é indispensável à criação de um sistema inteiramente voltado à Educação Escolar Indígena, com nível estrutural que favoreçam no seu fortalecimento intelectual.

Com base nesses pressupostos, o Relatório Técnico do uso da Terra e Gestão de Roraima, destaca que o Estado tem que proporcionar proteção integral sem a anulação de suas raízes “aos grupos indígenas de cultura integralmente preservada e acompanhar atentamente os seus mecanismos naturais de sobrevivência, ainda atrelados a um universo mental e ideológico muito particular associado às suas raízes na terra” (IBGE, 2009, p.34).



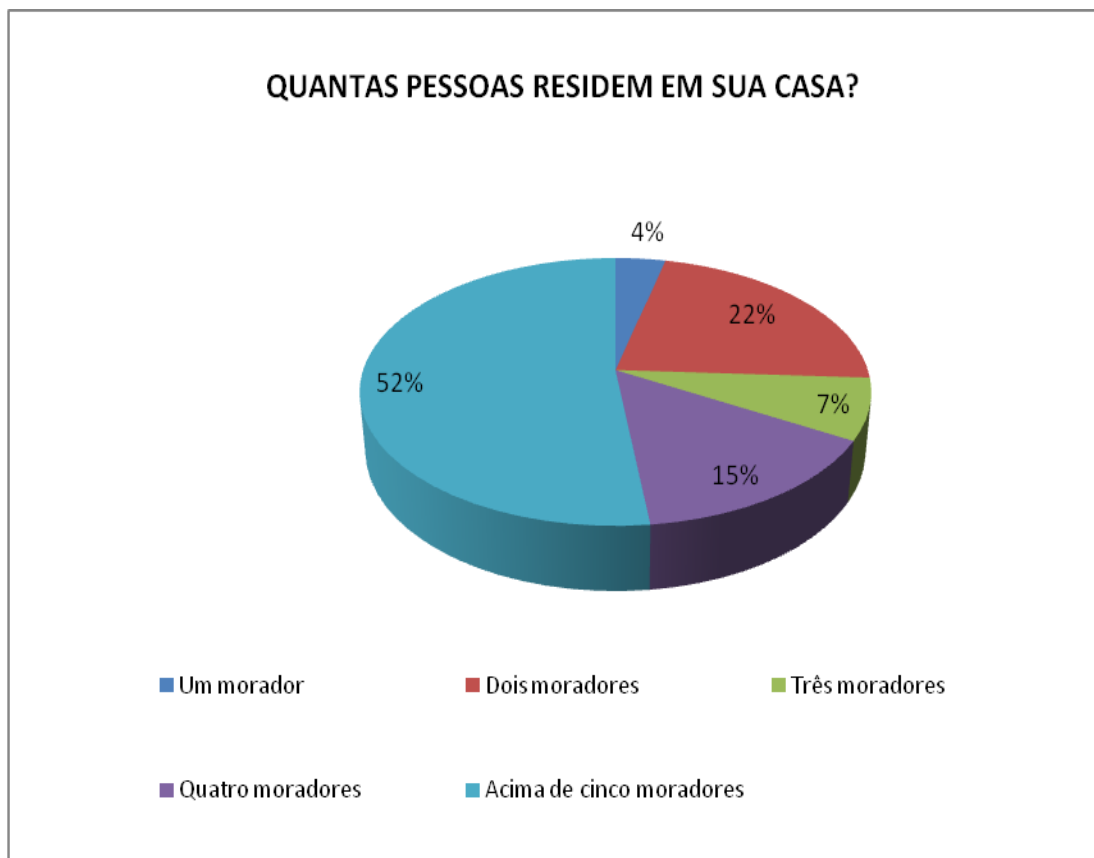
**Figura 5.0:** Profissão dos moradores da Comunidade de Nova Esperança

A **Figura 5.0**, apresenta as profissões dos respondentes, pode-se observar que a profissão Do Lar possui o maior percentual, de 27%, conseguinte a profissão

de Agricultor apresentando um percentual de 23%; 14% corresponde aos artesãos, e o restante; 5% distribui-se nas profissões de Zelador, Enfermeiro, Autônomo, Agente de saneamento e Merendeiro Escolar, e 4% atendem à função de Pedreiro, Ferreiro e Aposentado.

Considerando a forma de subsistência real da população indígena, o Relatório Técnico do uso da Terra e Gestão de Roraima, explica que o, comércio, serviços e turismo configuram-se nos meios mais eficazes para obtenção de renda nas comunidades indígenas de Roraima, sendo bem mais vantajosos que a agricultura e pecuária, principalmente em uma economia fechada e compartilhada (IBGE, 2009).

Nota-se que a agricultura, não responde mais como a atividade principal dentro da comunidade. Quanto a essa questão, Brandão; Barbieri e Silva (2012) relatam que após a homologação da Reserva Indígena São Marcos e a saída dos não índios da reserva, a Comunidade Nova Esperança foi instalada numa área onde agricultores fizeram grandes desmatamentos para a prática extensiva da pecuária, deixando para a comunidade uma grande “área sem mata nativa, os leitos de igarapés com alto grau de ações antrópicas e poucas caças também” (p.22).



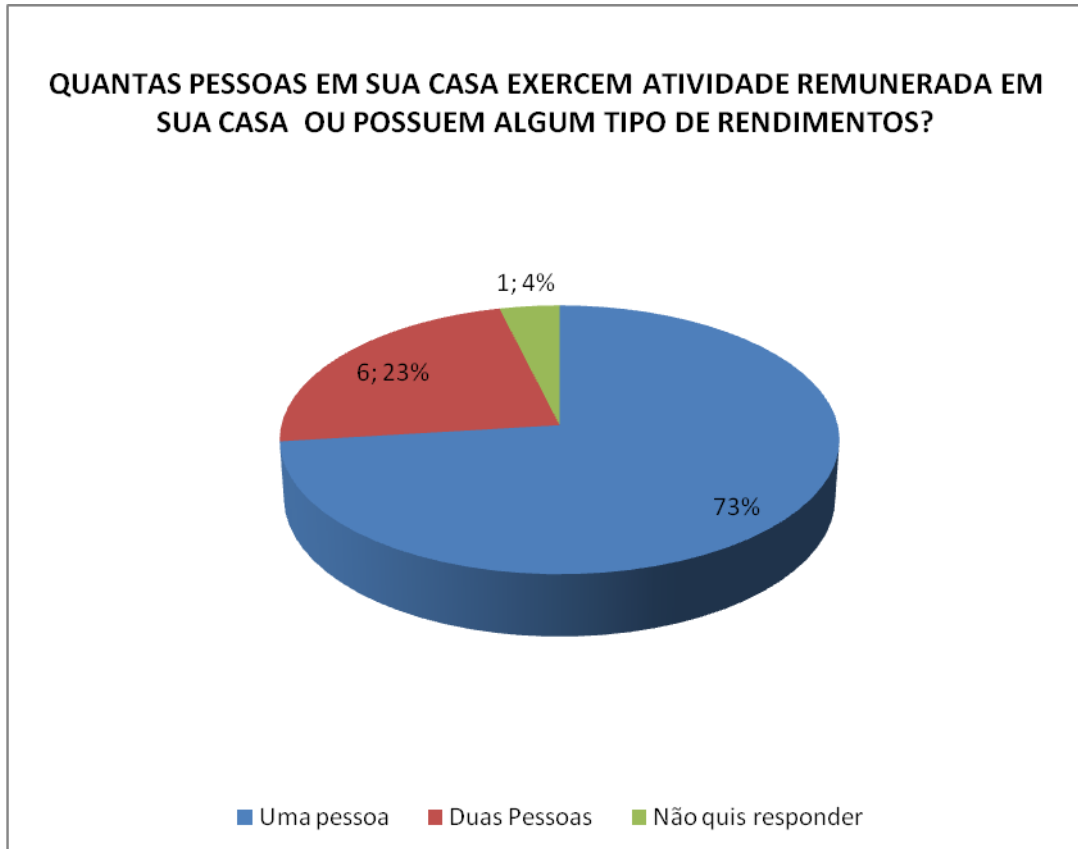
**Figura 6.0:** Percentual Demográfico dos Moradores da Comunidade Nova Esperança

Observa-se na **Figura 6.0**, que em 4% das residências dos respondentes há apenas um morador; em 7% das residências há três moradores; e em 15% das residências há quatro moradores; e 52% das residências habitam cinco ou mais moradores.

Frente a esses dados levantados, compete destacar que se tratando do cenário indígena, considerando suas dificuldades, o percentual demográfico apresentado mostra um número estimável de habitantes por residência.

O Censo demográfico Indígena do IBGE (2010) apresentou que população indígena representa 11,62% do total de habitantes do Estado de Roraima, totalizando 52.473 habitantes.

Bethonico (2012) sustenta que esse crescimento, é o resultado da conquista dos direitos e os processos sociais de auto-afirmação. Não obstante, a autora ressalta que o crescimento populacional nas áreas menores, gerou problemas relacionados à sobrevivência do grupo, principalmente no que se refere à importância da sustentabilidade cultural, ambiental e econômica, não apenas de Roraima, como nas demais cidades do Brasil, tornando-se assim um dos desafios para a gestão dos territórios.



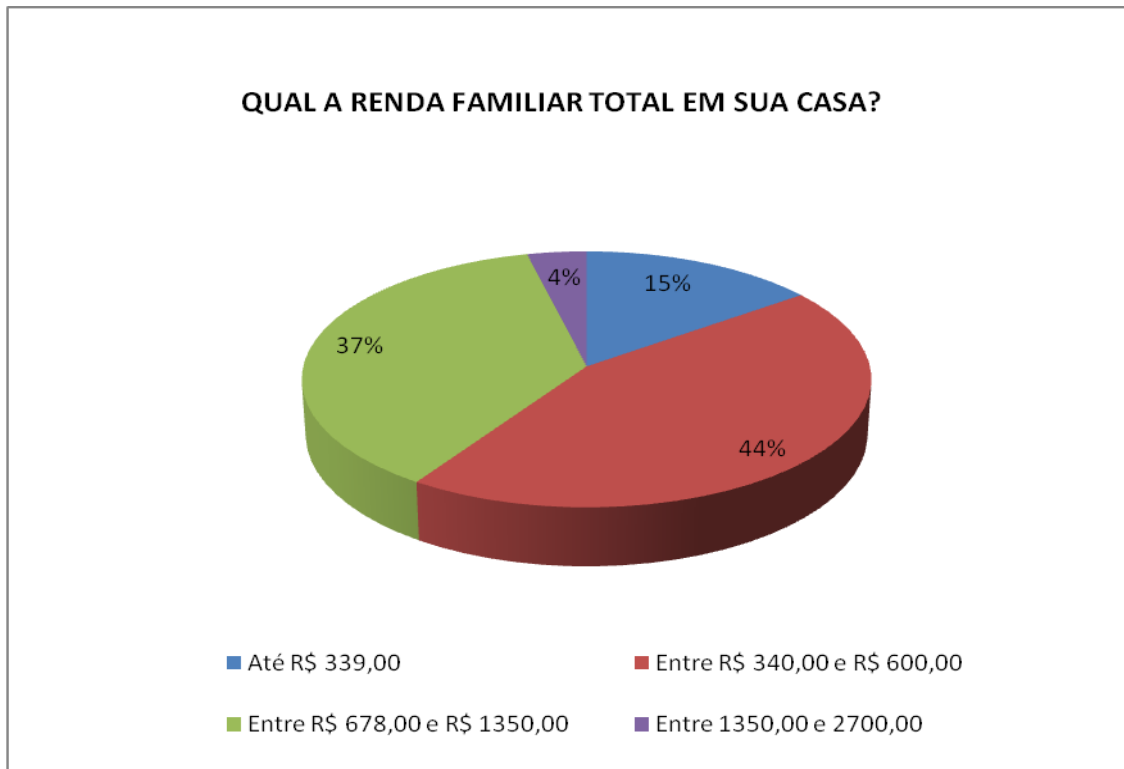
**Figura 7.0:** Contribuição dos Moradores da Comunidade Nova Esperança na Renda Familiar

Conforme representado na **Figura 7.0**, em 73% das residências há apenas uma pessoa exercendo atividade remunerada, e apenas 6,3% das famílias possuem dois contribuintes no sustento da casa.

Notou-se que o problema com o desemprego dá-se na comunidade pela adaptação destes à modernidade, e a “perca de suas origens”, tendo em vista que desfrutam de casas com luz elétrica, filhos matriculados nas escolas, automóveis. Abrindo assim, mão de suas culturas, tornando os meios tradicionais de subsistência, insuficientes para suprir essa nova maneira de viver.

Por outro lado, segundo IBGE (2009) o Estado tem que garantir que permaneçam realmente isolados da sociedade os índios que se mantêm íntegros em sua cultura de origem e mantêm-se naturalmente de forma sustentável, com o mínimo de contato possível.

Talvez essa imposição, foi um fator favorável para a busca da autonomia desse povo. Luciano (2006) visa essa nova auto-identidade indígena como uma forma estratégica para o reforço dos seus direitos e dos seus interesses específicos.



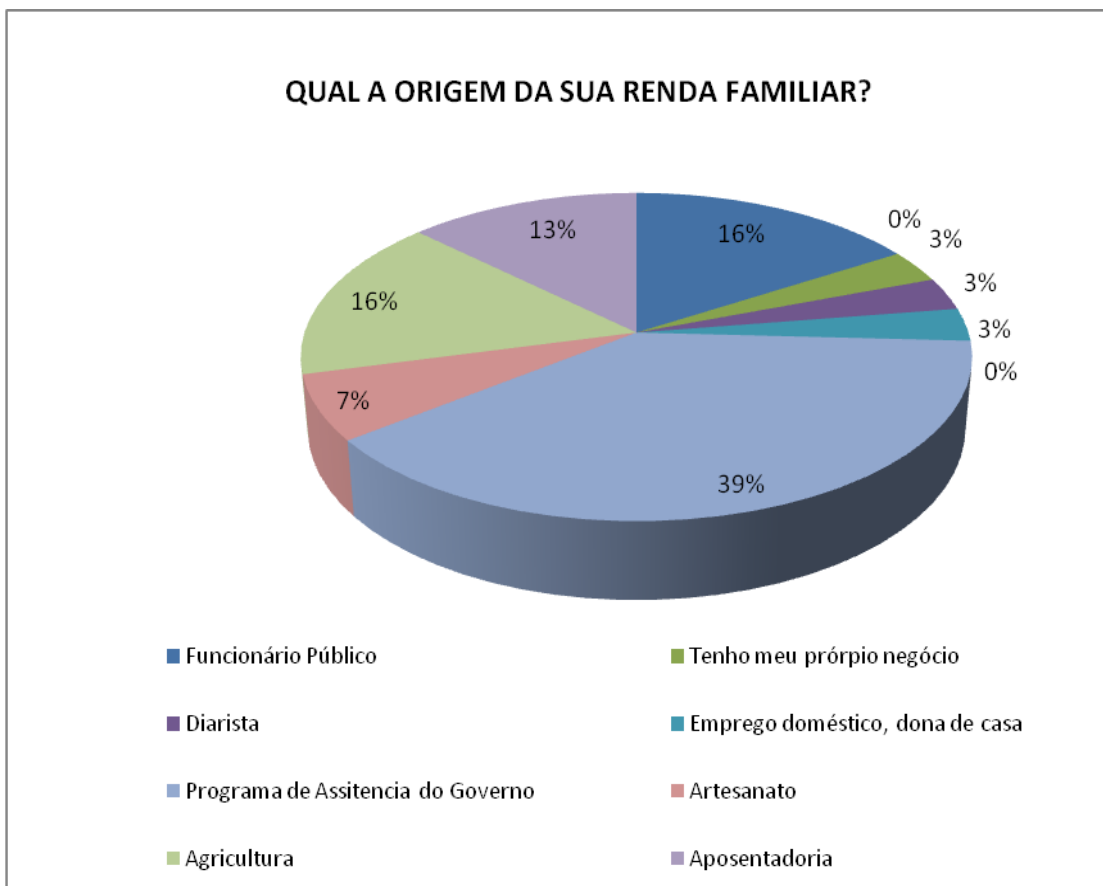
**Figura 8.0:** Renda Familiar Total dos Moradores da Comunidade Nova Esperança

Na **Figura 8.0**, é representada a renda familiar bruta dos moradores (respondentes) da Comunidade Nova Esperança. Trata-se da soma todos os rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família. Ao observar no gráfico pode-se considerar está como sendo muito baixa, pois apenas 4% possuem rendas entre R\$ 1350,00 e R\$ 2.700,00; 37% possuem renda entre R\$ 678,00 e R\$ 135,00; 15% possuem renda entre R\$ 340,00 e R\$ 600,00 reais; e 44% possuem renda total estimada entre R\$ 340,00 e R\$ 600,00 reais.

Avaliando a linha de pobreza do respondente, definida como proporção do salário mínimo conforme utilizado por Souza (2009) – para avaliar o nível de pobreza e renda da população indígena residente no perímetro urbano de Boa vista – onde considera como linha de pobreza *per capita* o valor de meio salário mínimo e como linha de indigência o valor de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente. Assim sendo, pode-se inferir que os habitantes da Comunidade Nova Esperança encontram-se numa situação de pobreza, com alta possibilidade de extrema pobreza.

Esse índice de pobreza pode ser explicado, por meio do ponto de vista de Bethonico (2012) ao relatar que na região predominava um regime de escravidão ou semiescravidão nas fazendas. Nesse aspecto, autora cita que alguns índios

realizavam as tarefas de um vaqueiro sem remuneração. Consoante a este afirmativo Cirino, (2007 apud BETHONICO, 2012, p.4) sustenta que: “essas relações trabalhistas perpetuaram ao longo das décadas e ainda em 2001 várias mulheres indígenas trabalhavam como empregadas domésticas nas fazendas, sem nenhuma forma de remuneração”.



**Figura 9.0:** Origem da Renda Familiar

Como demonstrado na **Figura 9.0**, 3% dos moradores entrevistados ocupam-se de serviços domésticos – como donas de casas - 3% prestam serviços de diaristas; 3% tem seu próprio negócio; 16% são funcionários públicos; 13% sobrevivem da aposentadoria; 16% da agricultura; 7% fazem serviços de artesanato, enquanto que 39% se sustentam por meio de Programas de Assistência do Governo; o Bolsa Família e o Vale Solidário estão entre os mais citados.

O artesanato é uma fonte de renda em potencial na comunidade o mesmo é fabricado sobre encomenda e os moradores reúnem-se na Casa do Artesanato que fica na própria localidade para fabricá-los, onde o Tuxaua é o responsável pela destinação dos produtos.

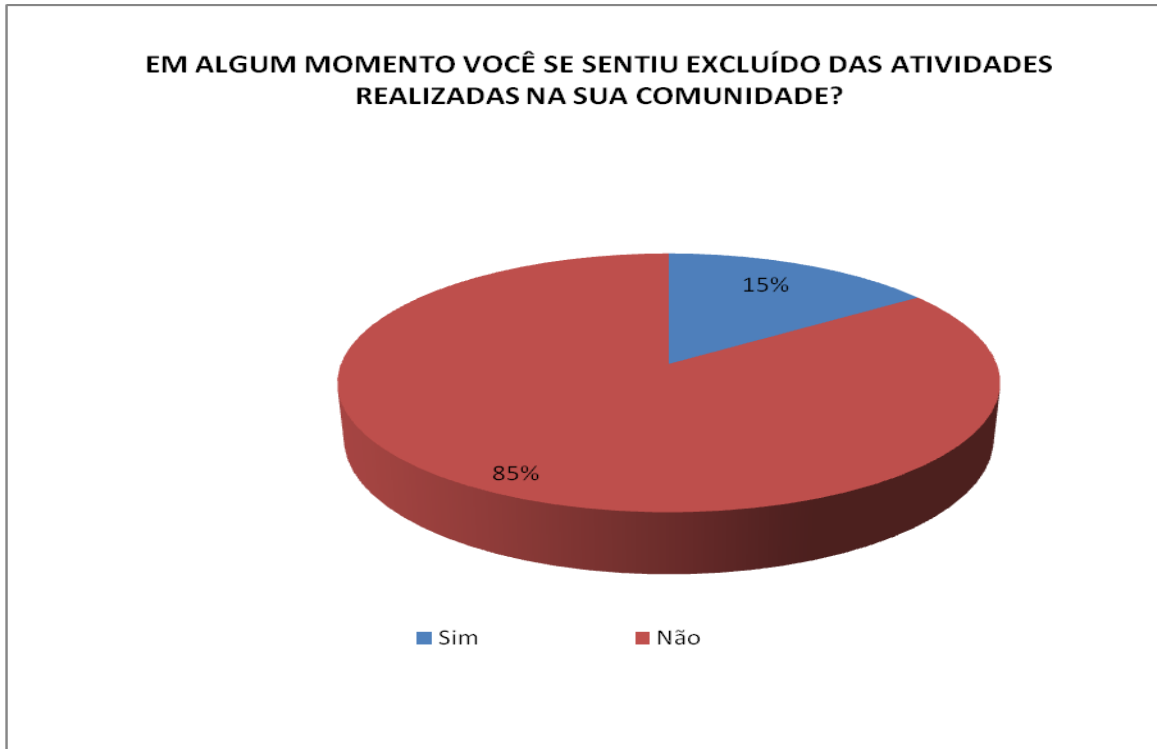
Por meio dos dados apresentados, nota-se que a prática do turismo na região até o presente momento não auferiu benesses a todos morados, estando centralizada à apenas uma camada da população. Tais dados refletem a necessidade de implementação de novas estratégias que possibilite o trabalho e o aumento da renda dessa população.

Essa realidade não trata-se de um caso isolado, ou de uma realidade díspar das demais populações indígenas do país. Madueño e Formenti publicaram uma matéria no jornal paulista *O Estadão* (2010), que a subsistência da população indígena brasileira está diretamente ligada ao governo, a qual constitui a principal fonte de renda da mesma.

Foi divulgado no jornal, mais de 60% dos domicílios indígenas são atendidos por programas assistenciais. Além de provedor de recursos, o Estado é também o principal empregador. Também foi revelado que Pesquisadores do 1.º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas realizaram o maior levantamento sobre a situação dos índios no País, e identificaram que benefícios sociais representam fonte de renda em 63,9% domicílios.

O trabalho remunerado aparece em segundo lugar, presente em 62%. A venda de produtos cultivados contribui com a renda para 36,8% das famílias. Além disso, índios com mais de 70 anos têm direito a aposentadoria como trabalhador rural, benefício que abrange 19,7% das famílias (O ESTADÃO, 2010).

O motivo de esse crescente consistir é em consequência do vaivém das cestas básicas, com periodicidade incerta, e a produtividade irregular de plantações. O estudo revela que 69,3% da população afirma sentir falta de alimentos ao longo do ano, enquanto 59,2% consideraram que há comida de sobra (O ESTADÃO, 2010).



**Figura 10:** Relação Interpessoal dos moradores da Comunidade Nova Esperança

A **Figura 10**, apresenta o relacionamento interpessoal dos moradores da Comunidade Nova Esperança, verifica-se que 15% dos moradores já se sentiram excluídos das atividades realizadas na comunidade, enquanto que 85% afirmam nunca ter se sentido excluído.

Calastres (2003) explica que nas sociedades indígenas, não há possibilidades de um indivíduo mandar no outro, pois o poder não constrange, não coage assim o representante serve somente para rememorar a organização social. Cumpre sua função de um líder sem exercer poder sobre os membros da sociedade.

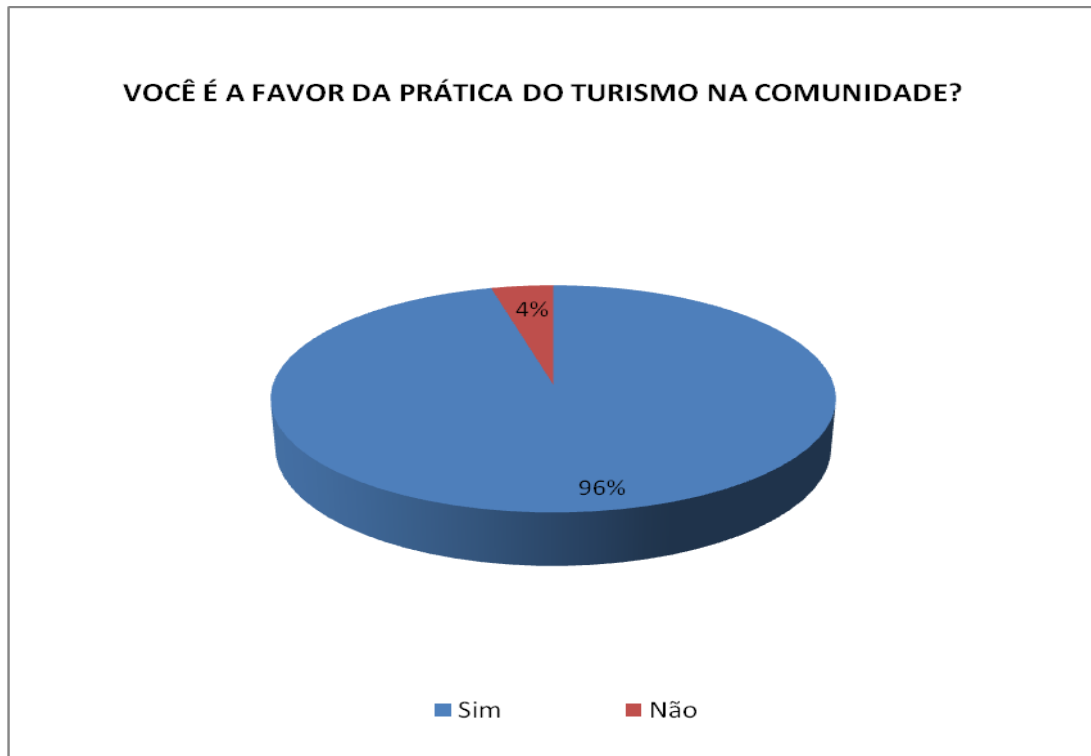
Para Matos (2007) esse fator de socialização entre os indígenas é consequência da Constituição de 1988 e da redemocratização do Estado, onde ocorreram mudanças no contexto político das relações interétnicas no Brasil. Nesse contexto, os indígenas, “passaram por transformações ligadas à institucionalização de suas ações, passando a assumir (...) o papel de atores sociais/sujeitos das relações entre a sociedade civil e o Estado, posicionando-se como interlocutores” (p.22).

Nesse aspecto, Matos (2007) cita que tais mudanças no cenário político afetou diretamente a política indigenista (estatal e não estatal), ao promover a



*participação* indígena em ações coletivas planejadas e executadas por meio de projetos, com apoio de entidades civis (nacionais e estrangeiras) e de órgãos governamentais (brasileiros ou estrangeiros, por meio de acordos governamentais).

Cavalcante (2012) elucida que tais condições mencionadas só tornaram-se efetivas por meio de diálogos interculturais, através da constituição de comunidades de comunicação e de argumentação.



**Figura 11:** A Aceitação do Turismo na Comunidade Nova Esperança

**A Figura 11** mostra que 4% dos moradores entrevistados não concordam com a prática do turismo na Comunidade. Em contrapartida 96% são favoráveis a tal implemento.

A participação da população em geral, contribuiria no desenvolvimento do turismo em Nova Esperança, uma vez que é reconhecido como importante pela maior parte dos moradores que se acha parte integrante do município. Entretanto, notou-se que o processo é centralizado institucionalmente com isso poucos moradores sabem definir concretamente os benefícios e/ou malefícios que a prática do turismo causa à comunidade.

Do mesmo modo, foi observado a ausência da participação entre o setor público e privado com os moradores, isso se reflete no baixo nível da renda familiar, o que remete, uma submissão as eventuais propostas “proveitosas”. Assim sendo, mesmo alguns não sendo favoráveis a prática do turismo, ou enxergarem alguns efeitos negativos do turismo dentro da comunidade, como a mudança na rotina e no cotidiano dos moradores, por exemplo, são tímidos ao declararem o que pensam.



**Figura 12:** Planejamento Preventivo das Autoridades na Comunidade Nova Esperança com Relação aos Possíveis impactos da Prática do Turismo na Localidade

A **Figura 12** mostra que 19% dos moradores afirmam que não houve um planejamento preventivo das autoridades indígenas, municipais e estaduais na Comunidade Nova Esperança com relação aos possíveis impactos da prática do turismo na localidade. Já 81% afirmam que houve reuniões prévias com a população da comunidade onde foram esclarecidos sobre os impactos que poderiam ocorrer na localidade.

Cavalcante (2012) chama a atenção para um bom planejamento participativo junto à comunidade indígena antes da implementação do turismo. Tal atitude pode configurar-se numa oportunidade para esclarecimento de dúvidas.

Brandão; Barbieri e Silva (2012) afirmam que em 2000 as lideranças indígenas da Comunidade Nova Esperança se reuniram para elaborar um planejamento de curto, médio e longo prazo para a Comunidade. Assim, foi criada a ONG PRONESP – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança. Ao realizar, por meio da ONG, um diagnóstico da comunidade, verificou-se vários aspectos positivos como a boa localização, o fato de a comunidade não apresentar vícios de paternalismo, potencial para o ecoturismo, lagos perenes que poderiam ser adaptados para a criação de peixes, dentre outros.

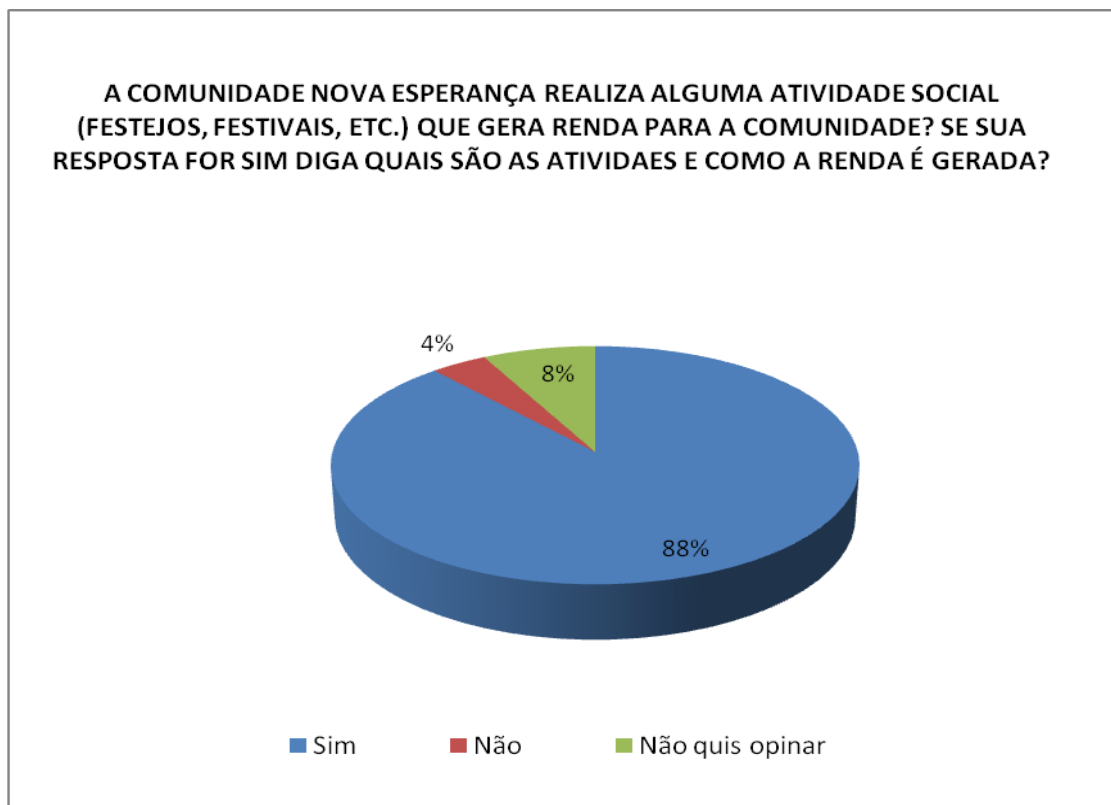


Figura 13: Atividades e Festejos realizados na Comunidade Nova Esperança

Conforme observado no gráfico acima, 88% dos entrevistados responderam que a Comunidade promove atividades sociais que beneficiam seus moradores, enquanto que 4% afirmaram não haver, e 8% não quiseram responder. Dentre os que responderam que há atividades sociais na Comunidade, ressaltaram que as principais são os festejos em comemoração ao aniversário da Comunidade Nova Esperança, e a Festa do Dia do Fogo, comemorada no dia 13 de agosto.

Segundo Cavalcante (2012) as diversas atividades sociais realizadas na Comunidade são devido ao imenso potencial natural e cultural que o município apresenta.



**Figura 14:** Opinião dos moradores com relação aos benefícios do turismo para a Comunidade Nova Esperança.

Observa-se que 100% dos moradores consideram que o turismo na Comunidade pode ser uma alternativa viável, que possibilitará na geração de renda.

Para Cavalcante (2012) o turismo praticado dentro de terras indígenas nasce como alternativa econômica viável com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas. Surge também como instrumento de valorização cultural, pois é a diversidade cultural desses povos, o principal atrativo para o turista.



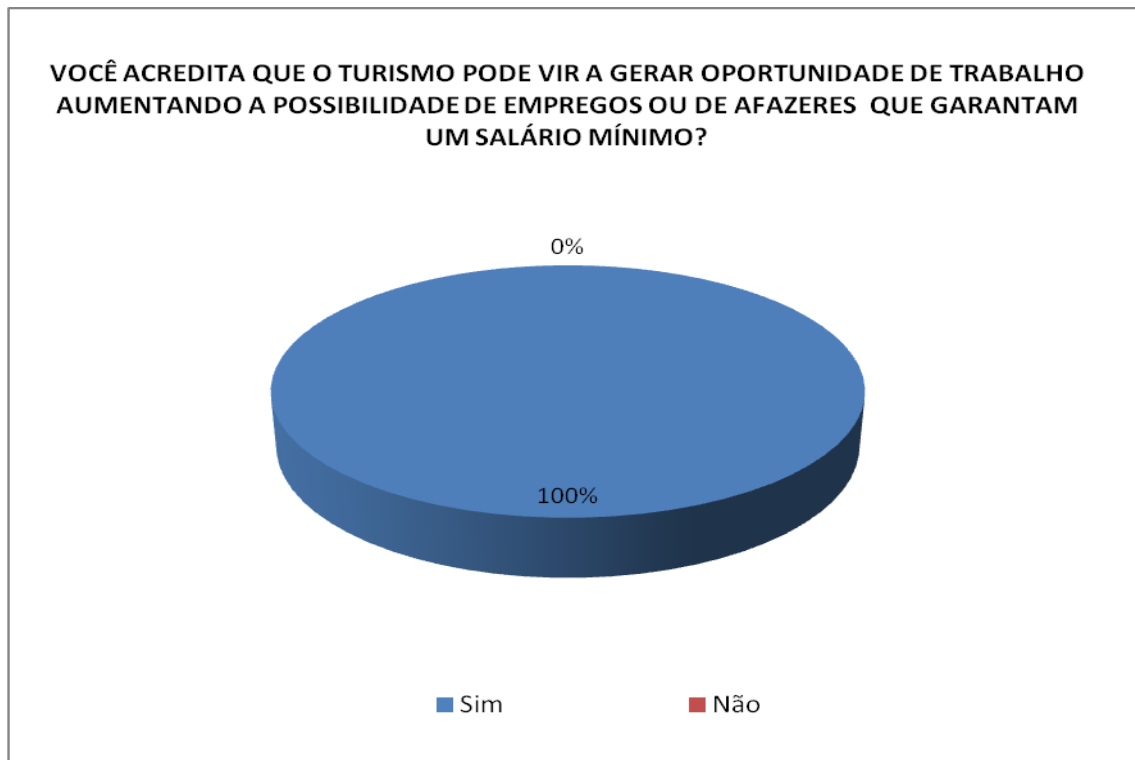
**Figura 15:** Porcentagem dos Moradores com expectativa na Implementação do Turismo na Comunidade Nova Esperança.

Observou-se que 100% dos moradores acreditam que o turismo pode gerar desenvolvimento local, e a promoção de melhoria na qualidade de vida dos habitantes da Comunidade.

No entendimento de Cavalcante (2012) o turismo desenvolvido de forma sustentável nas TIRSS, principalmente após a demarcação indígena ou etnoturismo bem planejado pelos seus atores sociais, terão bons resultado endógenos, junto a seus recursos naturais e culturais. Desse modo, as práticas do turismo desenvolvidas nas comunidades indígenas e nas terras indígenas, trará mais uma possibilidade de desenvolvimento local.

Faria (2008) relata que o Ministério do Meio Ambiente vem promovendo ações para criação de uma política de desenvolvimento voltada aos povos indígenas, sendo implementadas principalmente no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia. A autora também enfatiza que o Governo Federal criou o PDPI em 1999 vinculado ao PDA. Para a mesma o PDPI configura-se num “aliado para a implementação de projetos com novas tecnologias sociais e economias em terras indígenas, com base no etnodesenvolvimento no qual o ecoturismo pode ser uma alternativa” (p.61).

Fortunato e Silva (2011) acreditam que esta atividade pode contribuir com o desenvolvimento local pautado nos saberes tradicionais indígenas.



**Figura 16:** Porcentagem dos Moradores que acreditam na lucratividade Com o Turismo na Comunidade Nova Esperança.

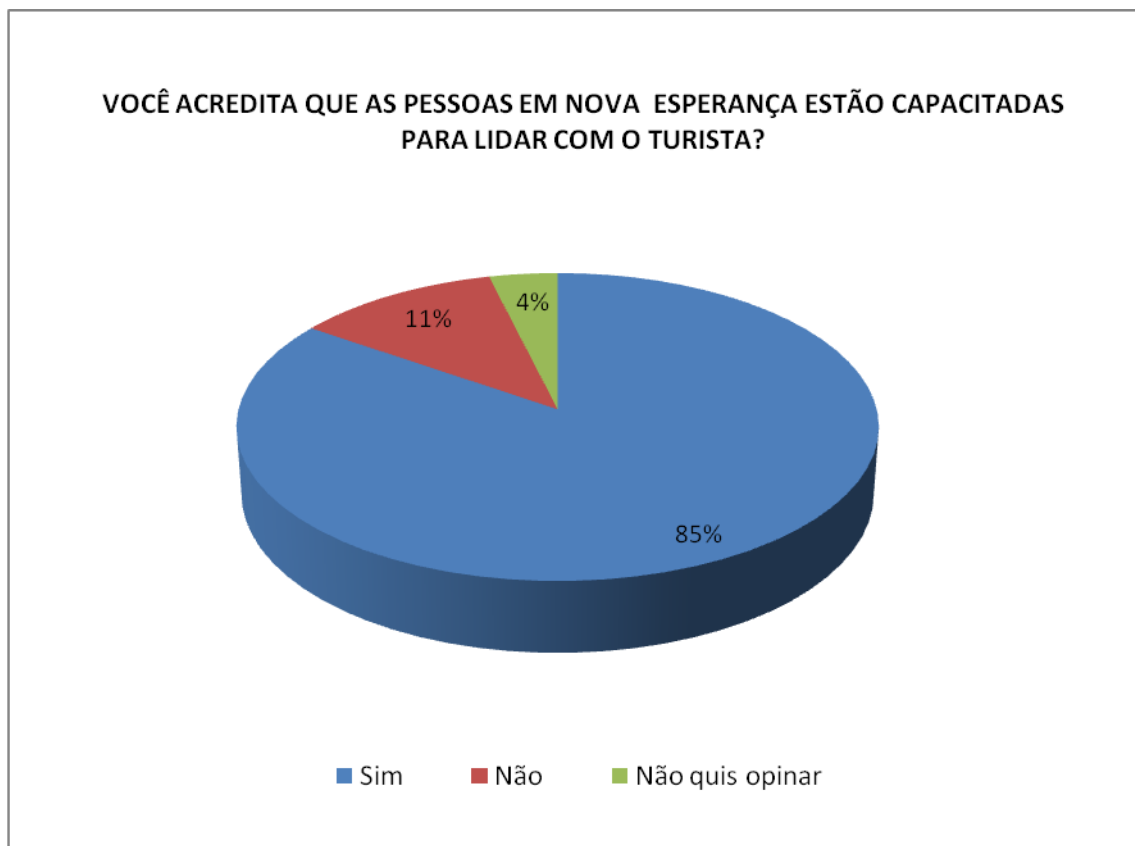
Conforme explicitado na **Figura 16**, todos os moradores respondentes acreditam que o turismo na Comunidade possibilitará a geração de emprego, bem como o aumento da renda familiar.

Banucci Júnior e Urquiza (2012) realizaram pesquisa sobre a prática do turismo indígena no Estado do Mato grosso. Os resultados demonstram que, a atividade turística tem logrado êxito e trazido benefícios aos povos indígenas. Articulados em redes próprias ou comunitárias mais amplas, muitos grupos têm conseguido planejar e gerir projetos de visitação autônomos, voltados aos seus interesses e que respeitam suas culturas e organização social.

Na análise de Muqbil (2009) referente ao contexto mundial do Turismo Indígena, a pesquisadora certificou-se que o mesmo vêm desempenhando um papel cada vez mais importante para o desenvolvimento e comercialização de produtos turísticos e viagens.

No contexto mercadológico, como fator de lucratividade, Jesus (2012) ao pesquisar o segmento ‘turismo indígena’, focado na comunidade indígena Kadiwéu, no Mato Grosso do Sul, concluiu o maior estímulo para o fomento dessa atividade é o econômico, uma vez que o dinheiro advindo dos turistas gera novos recursos que circulam na economia local, várias vezes, transformando-se em “efeito multiplicador”, beneficiando a variedade de segmentos de mercado.

Outro ponto analisado por Jesus (2012) é que ao empreender o turismo em comunidades indígenas, toma-se a máxima do desenvolvimento local, interligando os recursos existentes sem desconsiderar as variáveis que recaem sobre eles, a fim de manter e evitar a extinção. Assim, a localidade com potencial turístico, como constatado no caso Kadiwéu, deve apresentar condições que demandem efetivamente critérios para sua idealização, sem, no entanto, descaracterizar os anseios e as necessidades da comunidade.



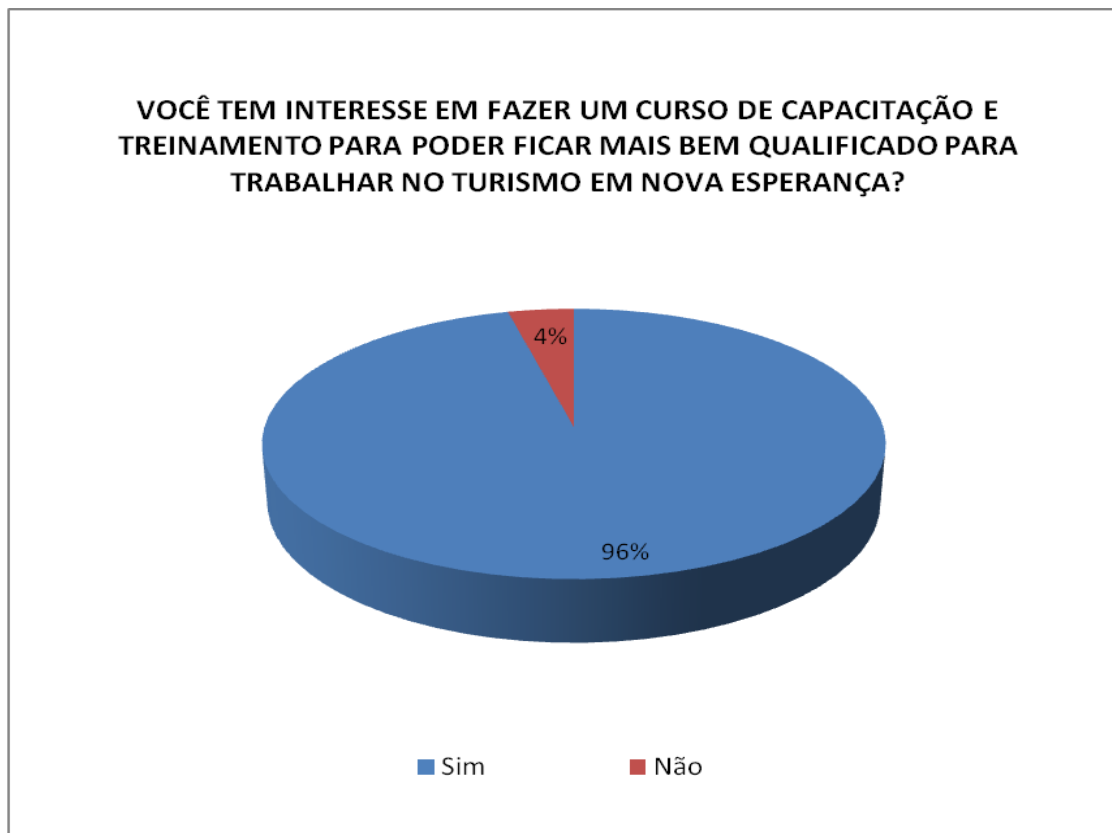
**Figura 17:** Percepção dos Moradores quanto ao preparo das pessoas da Comunidade para lidar com o turismo na região.

Conforme exposto na **Figura 17**, 85% dos moradores acreditam que as pessoas na comunidade estão capacitadas à receberem os turistas; 11% acham que

as pessoas da Comunidade ainda não estão capacitadas para lidar com os turistas e 4% não quiseram opinar.

Segundo Brandão; Barbieri e Silva (2012) a Comunidade Nova Esperança decidiu investir no turismo, e no primeiro trimestre de 2001 participou de uma oficina de sensibilização realizada por consultor do PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente, que capacitou os moradores selecionados, realizou oficinas de artesanato, educação ambiental, gestão de resíduos e da água.

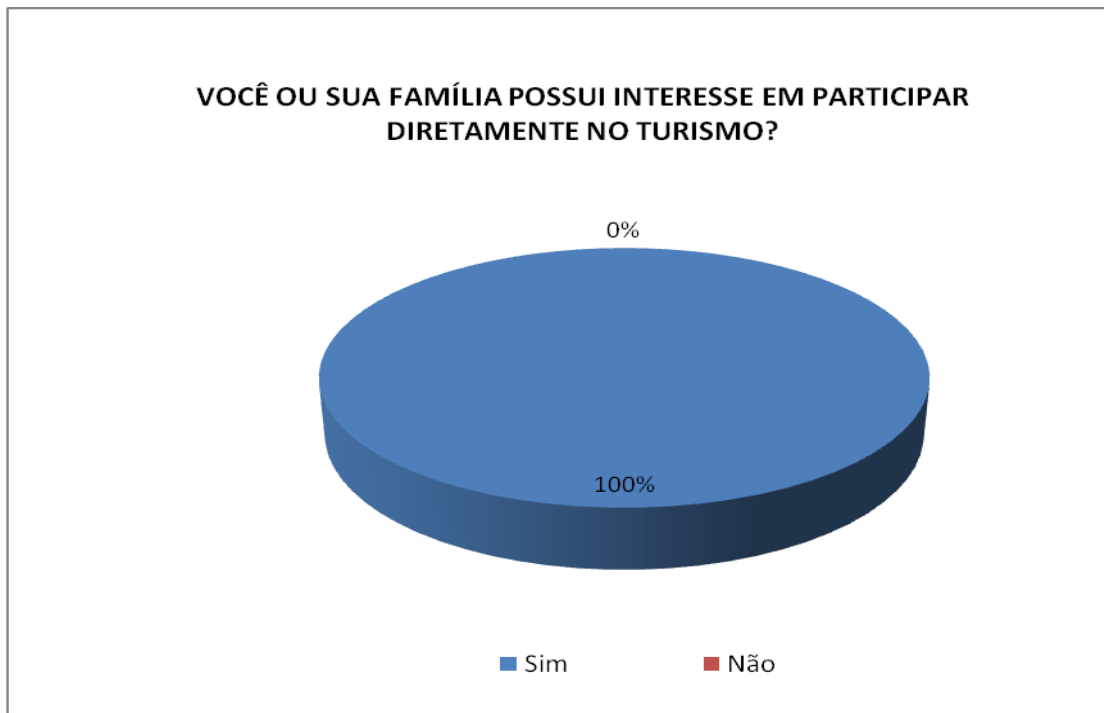
Daí por diante a comunidade, ao longo dos últimos dez anos vem trabalhando no turismo. Atualmente, os moradores trabalham para melhorar a infraestrutura na comunidade, como a ampliação de restaurante, construção de pousada, melhorias no transporte e expansão das lojas de artesanatos. Segundo os autores os principais produtos turísticos da comunidade são as inúmeras trilhas ecológicas existentes, a principal delas é a Trilha do Coatá, que leva até um sítio arqueológico.



**Figura 18:** Porcentagem dos Moradores da Comunidade Nova Esperança com Interesse em se qualificar para a prática do turismo na região.

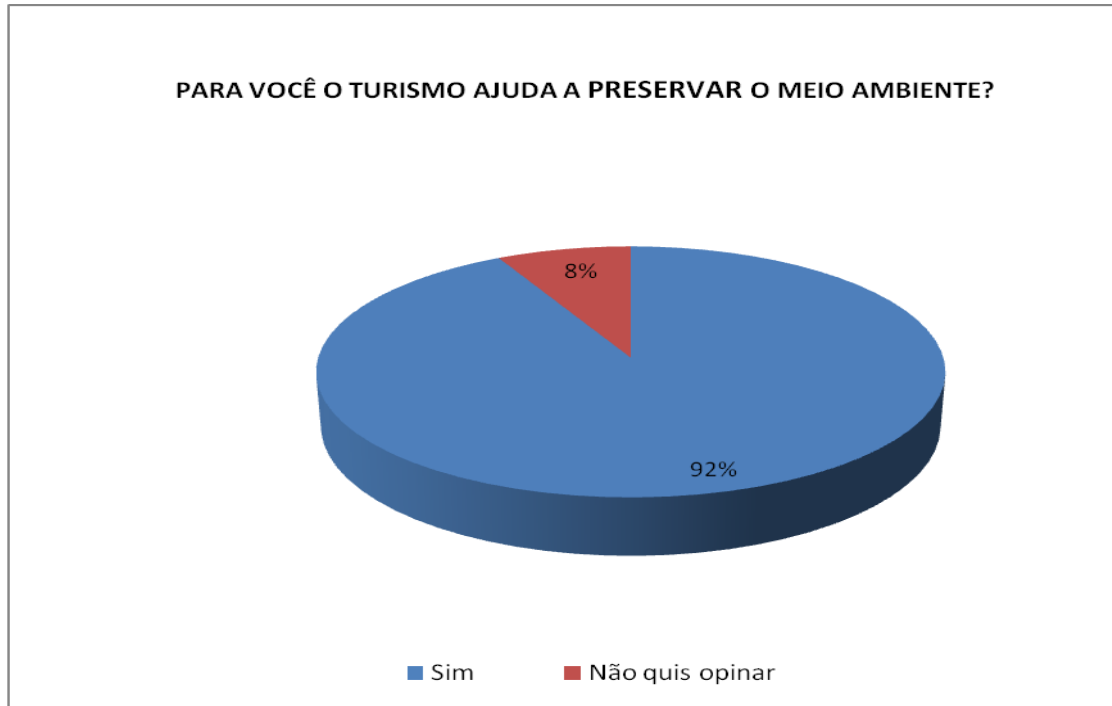


Nota-se que 96% dos moradores sentem interesse em capacitarem-se para trabalharem com o turismo na Comunidade. Enquanto que 4% não possuem interesse.



**Figura 19:** Motivação dos Moradores para participação no Turismo da Comunidade Nova Esperança

Observa-se na **Figura 19** que 100% dos moradores possuem interesse em participar do turismo na Comunidade Nova Esperança. Na Comunidade foi observado que os moradores já estão consideravelmente adaptados ao contato com a sociedade nacional. Alguns destes já possuem curso de condutor local.



**Figura 20:** Percepção do Morador com relação aos benefícios da prática do turismo ao meio ambiente

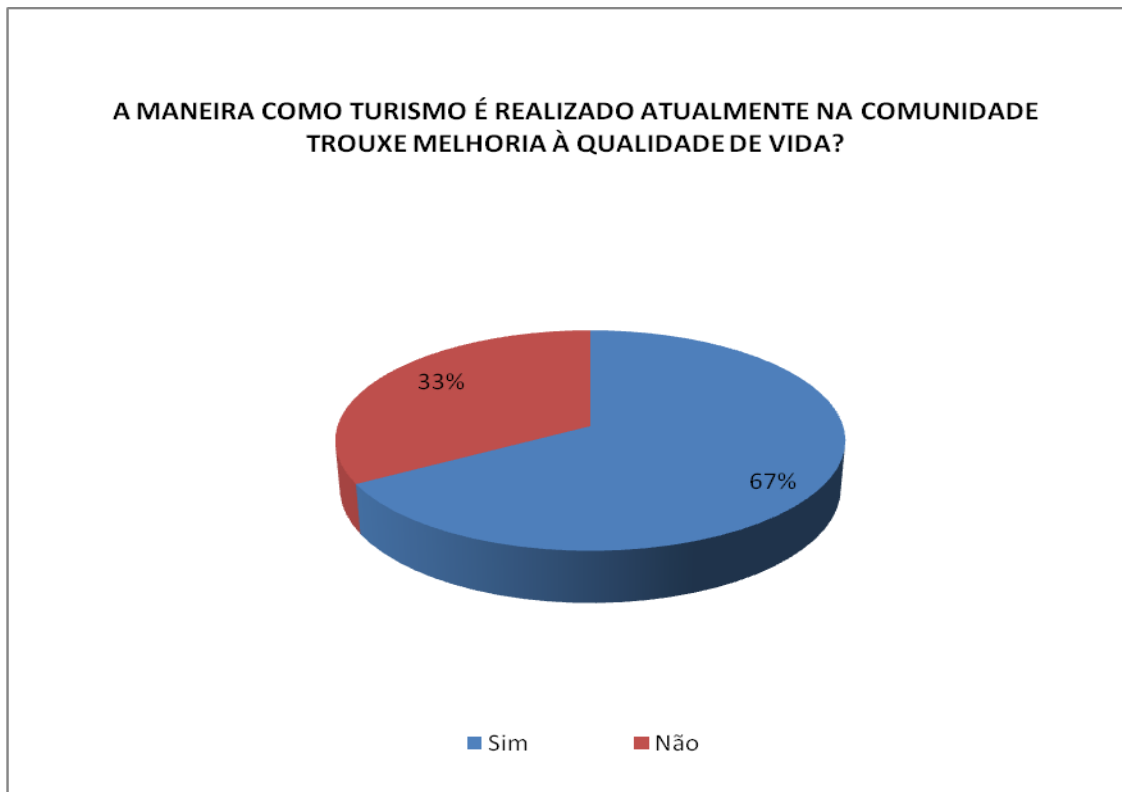
Conforme mostrado na **Figura 20** para 92% dos moradores respondentes o turismo ajuda na preservação do meio ambiente na região, e 8% acreditam que o turismo causa danos ao meio ambiente da Comunidade.

Segundo Brandão; Barbieri e Silva (2012) o excesso de visitas provoca o desgaste das trilhas; - Dificuldade de ver alguns animais silvestres que eram vistos com frequência e facilidade.

No entendimento de Alves e Silva (2012) o desenvolvimento do turismo sustentável, definido como a atividade que satisfaz os viajantes e as regiões receptoras respeitando e protegendo o meio ambiente, pode trazer benefícios para atenuar a degradação ambiental e aumentar a oportunidade de as gerações futuras desfrutarem das riquezas naturais que temos hoje. Segundo os autores, no escopo do turismo sustentável, o ecoturismo, neste Ano Internacional da Biodiversidade, ganhou destaque.

Por meio de atividades educativas realizadas dentro de unidades de conservação, como trilhas interpretativas, observações de espécies e até mesmo esportes radicais, o ecoturismo contribui para a preservação da biodiversidade do bioma em que é praticado, conscientiza os turistas a respeitarem o meio ambiente e,

ainda, estimula empresas da indústria turística a se adaptarem para serem ecoeficientes e satisfazerem este público.



**Figura 21:** Percepção dos Moradores com relação à prática atual do Turismo na Comunidade

Conforme apresentado na **Figura 21**, 67% dos moradores afirmam que a maneira como realizam o turismo na comunidade trouxe melhoria à qualidade de vida dos seus habitantes, e 33% responderam que não houve melhorias à qualidade de vida.

Para Jesus (2012), a atividade turística pode ser considerada como essencial à vida moderna, surgindo como mecanismo eficaz para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma localidade, ao atestar a inserção de benefícios coletivos, quando planejada adequadamente. Diante dessa assertiva, o autor afirma que no planejamento voltado para o turismo indígena, deve-se buscar uma adequação das motivações do fluxo turístico e do núcleo receptor. Por isso, deve-se procurar atender as expectativas do primeiro, sem desmerecer os direitos do segundo, no que concerne ao equilíbrio ecológico, social e cultural, considerando que a atividade turística transcende a esfera econômica.

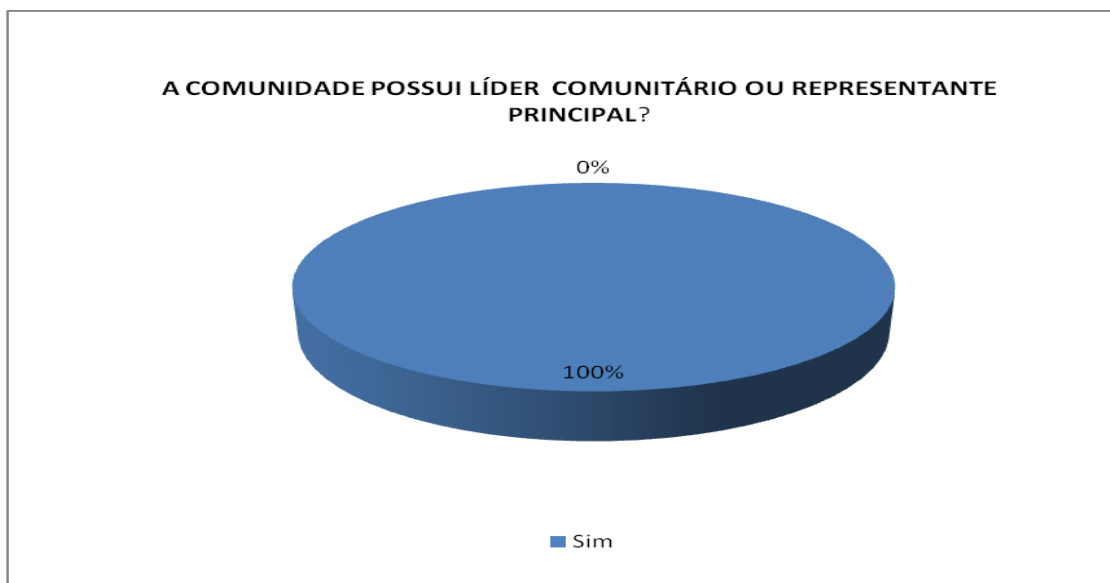
Brandão; Barbieri e Silva (2012) nas suas pesquisas realizadas na Comunidade Nova Esperança os moradores da comunidade, afirmaram que o

turismo trouxe os seguintes benefícios sociais, econômicos e ambientais. Resumidas no Quadro 1 estão as respostas mais citadas pelos moradores da comunidade indígena Nova Esperança, no que se refere aos benefícios do turismo:

**Sociais** - Criação de uma estrutura organizacional para a gestão do turismo; Aumentou a auto-estima da comunidade; Propiciou a valorização da cultura indígena; Possibilitou autonomia para a comunidade; Melhoria na qualidade de vida.

**Econômicos** - Geração de renda para a comunidade; - Criação de novos postos de trabalho; - Parcerias entre a comunidade e agências de viagem; - Capacitação e emprego para os jovens.

**Ambientais** - Conscientização quanto a importância da conservação do ambiente; - Manutenção periódica das trilhas a fim de evitar impactos como erosão e compactação do solo; - Destinação adequada aos resíduos sólidos; - Cuidados com a gestão da água.



**Figura 22:** Porcentagem dos Moradores que Confirmam a existência de um líder comunitário na Comunidade Nova Esperança.

Foi apurado que 100% dos moradores afirmaram que na Comunidade Nova Esperança há um líder comunitário.

Videa (2007) sustenta que o turismo indígena tem uma ênfase local contribuindo justamente para processos de desenvolvimento rural. Essas ações foram orientadas pela premissa levar em conta as múltiplas capacidades e diversificação econômica em ao invés de encorajar o caminho para a especialização, a monocultura ou outra atividade concentrador de esforços da

comunidade. Estes esforços são baseados as mesmas demandas identificadas e levantadas pelas próprias pessoas indígena, que tem potencial para ser articulada e para alcançar maior, gerando confiança escala na administração e gestão de projetos por parte das comunidades e seus líderes.

## **8.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que para tornarem-se concretas as oportunidades do trabalho com o turismo aos moradores da Comunidade Nova Esperança, faz necessário investimentos e o apoio do Governo do Estado em treinamento de guias turísticos indígenas para atender a demanda.

Outro ponto observado é a capacidade local, em termos de estruturas físicas estabelecimentos voltados à acomodação e pernoite dos turistas, de modo que não afetem a vida social dos membros da comunidade. Esse fator deve ser definido para que não torne o passeio um enfado. Nesse sentido, entende-se que é necessária a construção de pousadas com conforto mínimo.

É importante destacar que o desenvolvimento do turismo na Comunidade, torna-se evidenciado através da capacitação prática dos membros envolvidos, e por meio de incentivos como por exemplo o PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente mostrou vantagens e benefícios ao turismo naquela localidade uma vez que inseriu os interessados ao segmento. Dessa maneira acredita-se que e o turismo étnico quando bem planejado, pode proporcionar a comunidade benefícios desenvolvimento e benefícios economicos.

Quanto aos possíveis impactos ambientais e socioculturais, a comunidade indígenas juntamente com os seus líderes e autoridades competentes, devem unirem-se de maneira participativa, para traçarem estratégias de proteção para que os direitos fundamentais dos indígenas permaneçam assegurados.

Sugere-se que estratégias de proteção ambiental devem ser implantadas pelos moradores da comunidade, enfatizando aos visitantes questões ecoturistas, destacando as causa e os efeitos de suas ações sobre o meio ambiente. Tais iniciativas devem ser realizadas para melhorar suas consciências, bem como suas sensibilizações acerca das questões ambientais, e o cuidado com os lugares que

visitam. Assim, os guias turísticos podem de forma direta realizar esse procedimento. Com a confiança dos ecoturistas e com conhecimento profundo do ambiente, eles podem discutir ativamente questões de conservação.

Notou-se que a falta de sustentabilidade destaca a necessidade de pequena escala, de crescimento lento, e ecoturismo de base local. Populações locais têm interesse no bem-estar de sua comunidade, e são, portanto, mais responsáveis com a proteção ambiental do que as organizações governamentais.

A contribuição dos membros da Comunidade para gerenciado local do ecoturismo gera oportunidades econômicas viáveis, reduzindo os problemas associados à pobreza e ao desemprego. Este segmento na Comunidade Nova Esperança oferece uma oportunidade aos seus moradores melhorarem suas qualidades de vida. Nesse passo, podem recuperar ou manter suas culturas.

Não obstante, o desenvolvimento deste tipo de turismo, pode possibilitar aos visitantes uma relação estreita com os nativos, gerando um respeito recíproco. Vindo a ser uma oportunidade para os povos indígenas para revitalizarem seus costumes e reconhecer o seu valor, não só em termos da sua riqueza cultural, mas como ambientais.

Portanto, compreende-se que esse segmento atende às novas demandas dos turistas, juntamente com o desenvolvimento do turismo sustentável, permitindo a identificação do segmento de turismo, visualizando os impactos sobre a satisfação da demanda local.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. S. **Os Pankararu e o Associativismo Indígena na Cidade de São Paulo**. Rev. Tellus, ano 9, n. 16, p. 229-235, jan./jun. Campo Grande – MS, 2009.

AYRES, J. M. et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém, PA : Sociedade Civil Mamirauá, 226p. 2005.

BETHONICO, M. B. M. **Indígenas e a gestão territorial**: desafios para o ensino superior. In: XII Colóquio Internacional da Geocrítica. Bogotá, maio 2012.

BISPO, C. S. **Empreendedorismo e Inovação**. 2007.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J C; SILVA, L C J. **Turismo sustentável em comunidades indígenas da Amazônia**. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade**. Brasília, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRITO, T. M. **Turismo e povos indígenas**. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. III, n 4, ano 2009.

CAVALCANTE, J S. **Turismo na fronteira: desenvolvimento local nas terras indígenas**. 2012.

CHACON, T. et al. **Potencial da geodiversidade da rota 174 – trecho da Reserva Indígena São Marcos – Roraima**. 2011.

Guia Turístico Roraima. 1ª ed. São Paulo: Editare, 2009.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO. **Definição de ecoturismo OMT**. 2013. Disponível em: < <http://sdt.unwto.org/es/content/ecoturismo-y-areas-protegidas>>. Acesso em: 03.03.2013.

ESTENDER, A. C; PITTA, T T M. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. 2007.

FARIA, I F. **Ecoturismo: ilusões e contradições**. Rev. De Geografia da Universidade do Amazonas, Manaus, nº 2, v. 2, jan/dez 2000.

FARIA, I F. **Ecoturismo indígena: território, sustentabilidade, multiculturalismo, princípios para a autonomia**. Tese (Doutorado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FERREIRA, L. **Impactos do turismo nos destinos turísticos**. Percursos & Ideias Revista Científica do ISCET , pp. 105 - 114. 2009.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática e participativa**. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GONZÁLEZ, M. M. **Etnoturismo o turismo indígena**. Rev. Teoría y Praxis p. 123-136, 2007.

GRÜNEWALD, R. A. **Turismo, cultura e identidade étnica**. In: 24 a reunião brasileira de antropologia, 2004, Recife. Resumos. Recife: ABA/UFPE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima**. Rio de Janeiro, 2009.

JESUS, D. L. **A transformação da reserva indígena de Dourados – MS em território turístico: valorização sócio-econômica e cultural**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2008.

LEANDRO, E. L. TEIXEIRA, M A D. **Turismo na etnia Parintintin**: uma análise comparatória das expectativas, compreensões e potencialidades das Terras Indígenas Ipixuna e Nove De Janeiro, Humaitá, Amazonas, Brasil. Rev. Saber Científico, Porto Velho, 1 (2): 112 - 133, jul./dez.,2008.

LEAL, R. E. S. **O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico Caderno Virtual de Turismo**. Redalyc Sistema de Información Científica. Rio de Janeiro, vol. 7, núm. 3, pp. 17-25, 2007.

LITTLE, P. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: A. C. S. Lima e M. Barroso Hoffman (org.), **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

LOBATO, A S; TAVARES, M G C. **Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento sócio-espacial**: análise do projeto viagem encontrando marajó na vila do Pesqueiro-Soure/PA, Brasil. 2012.

LÜCHMANN,L H H. **Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo**. Rev. Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.4, p.44-51, dez. 2011.

LUCIANO, G S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;LACED/Museu Nacional, 2006.



MALDONADO, C. **Turismo y comunidades indígenas**: Impactos, pautas para autoevaluación y códigos de conducta. OIT Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo 2006.

MELO, E S O. **Turismo Sustentável em Áreas Indígenas**: uma alternativa para a aldeia guarani araponga no município de Paraty/RJ. Rio de Janeiro, 2005.

MELO, E. **Turismo Indígena**: reserva de são marcos em rr mostra belezas naturais da região. Portal Amazônia, abr. 2012.

MUQBIL, I. **Turismo indígena**: mucho más que otro mercado más. ITB Berlín, 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO OMT. **Entender el turismo**: Glosario Básico. Disponível em:< <http://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico>> Acesso em: 10 jan. 2012.

PEREIRA, P. V. V; BARRETO, E O. **Turismo de Base Comunitária**: uma experiência de desenvolvimento local através do Projeto Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá/PA. 2012.

PÉREZ, X. P. **Turismo Cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.

PETITINGA, C. S. **Desenvolvimento local**. Mais Definições em Trânsito, 2005.

PORTAL DO CIDADÃO-POVOS INDÍGENA. **As Terras Indígenas**. Disponível em:< [http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o\\_que](http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o_que)> Acesso em: 10 jan. 2012.

QUEBEC (Cidade). **DECLARACIÓN DE QUEBEC SOBRE EL ECOTURISMO**. 2002. Disponível em:< <http://www.rimisp.org/boletines/INTERCAMBIOS47Febrero.pdf>> Acesso: 12 jan. 2013. Acesso em: 12.05.2013.

SANTOS, M. O. retorno do território. In. SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SOUZA, M. J. L. O. Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, V. R. F. P. **Desenvolvimento e associativismo indígena no nordeste brasileiro**: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SOUZA, E. A; PEDON, N. R. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SOUZA, A. H. C. **População indígena de Boa Vista/RR: uma análise socioeconômica.** Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

TERRA, A. **Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa.** Rev. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

VALVERDE, R. R. H. F. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade.** Rev. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004.

VALENCIANO, S. L. H.; BARBOZA, R. J. **Conceitos de empreendedorismo.** Rev. Científica Eletrônica de Administração – ISSN: 1676-6822, ano V, n 9 – Dez. 2005.

VEJA AS 19 RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELO STF AOS ÍNDIOS DA RAPOSA SERRA DO SOL. **Gazeta do Povo**, 19 mar. 2009. Disponível em:< <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=868903>> Acesso em: 10 jan. 2012.

VIDEA, B. P. **Turismo indígena: los origenes, desafios y oportunidades en Bolivia.** el caso de la empresa mapajo. Bolivia: Programa Regional De Apoyo A Los Pueblos Indigenas Amazonicos (Praia), 2007.

WWF. **Subsídios políticos e legais ao desenvolvimento do turismo responsável: o turismo e as leis federais de ordenamento do território e de proteção do meio ambiente e da cultura.** Versão PDF para Internet Capítulo 2. 2002.

YAZIGI, E. **Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. V. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007.

ZEPPEL, H. **Indígena Ecoturismo: conservação da natureza, turismo e direitos territoriais indígenas.** Anais da Nova Zelândia Turismo & Hospitality Research Dunedin, Nova Zelândia, dez. 2006.